

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DANIEL VICTOR NEVES RAPOSO

**A DINÂMICA TERRITORIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE: A
PRESSÃO IMOBILIÁRIA E SEUS REBATIMENTOS NOS BAIRROS LITORÂNEOS
DO MUNICÍPIO DE PAULISTA - PAU AMARELO**

**RECIFE
2022**

DANIEL VICTOR NEVES RAPOSO

**A DINÂMICA TERRITORIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE: A
PRESSÃO IMOBILIÁRIA E SEUS REBATIMENTOS NOS BAIRROS LITORÂNEOS
DO MUNICÍPIO DE PAULISTA - PAU AMARELO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Filosofia e Ciências Humanas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia. **Área de concentração:** Regionalização e Análise Regional.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Kennedy Silva dos Santos

**RECIFE
2022**

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

R219d Raposo, Daniel Victor Neves.
A dinâmica territorial da Região Metropolitana do Recife : a pressão imobiliária e seus rebatimentos nos bairros litorâneos do Município de Paulista – Pau Amarelo. / Daniel Victor Neves Raposo. – 2022.
99 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Francisco Kennedy Silva dos Santos.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2022.
Inclui referências.

1. Geografia. 2. Especulação agrária – Costa. 3. Bairros – Beira-mar.
4. Espaços públicos. I. Santos, Francisco Kennedy Silva dos (Orientador). II.
Título.

910 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2023-018)

DANIEL VICTOR NEVES RAPOSO

**A DINÂMICA TERRITORIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE: A
PRESSÃO IMOBILIÁRIA E SEUS REBATIMENTOS NOS BAIRROS LITORÂNEOS
DO MUNICÍPIO DE PAULISTA - PAU AMARELO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Filosofia e Ciências Humanas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia. **Área de concentração:** Regionalização e Análise Regional.

Aprovada em: 29/03/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Kennedy Silva dos Santos (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dr. Prof. Dr. Mateus Ferreira Santos (Examinador Externo)
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Prof. Dr. Prof. Dr. Laecio da Cunha Oliveira (Examinador Externo)
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai: Daniel Araújo Raposo e minha mãe: Maria do Socorro Neves, que me incentivam e se dedicaram para construção de mais uma conquista. Aos meus irmãos: Danilo e Natasha, pela presença e apoio de sempre. Aos meus familiares e amigos que também são referências na minha caminhada. O Município de Paulista e os bairros litorâneos do Estado de Pernambuco, que fizeram parte da pesquisa nas minhas longas caminhadas na areia da praia. Aos antigos e novos moradores do bairro de Pau Amarelo, seus apontamentos no território foram imprescindíveis no percurso da pesquisa. Aos moradores da comunidade de Enseada, e ao núcleo das associações dos moradores de Pau Amarelo e Maria Farinha, pelo incentivo, contribuição e confiança na minha pesquisa.

Ao laboratório de ensino de geografia e profissionalização docente (LEGEP), vinculado ao programa da pós-graduação (PPGEO), aos professores do departamento de ciências geográficas. Ao grande amigo e incentivador Itamar José Silva Couto (*in memoriam*). Aos amigos da Pós-Graduação, Lourival Santos, João Gabriel, Alexandra Luna, Joana Matias, Otávio Santos, Luiz Bakker, Thiago Henrique, Dona Maria Janeide (Bibliotecária da Universidade Federal de Pernambuco) nossas conversas foram importantes para finalizar os últimos detalhes da dissertação, Eduardo Veras (secretário da pós-graduação) por sua disposição e solidariedade com todo o corpo discente.

Aos professores: Alcindo José de Sá e Rodrigo Dutra Gomes, que contribuíram para o exame de qualificação, permitindo significativos avanços para conclusão da pesquisa. Para finalizar, aos professores Mateus Ferreira Santos, Laécio da Cunha Oliveira por todo apoio e disponibilidade. Em especial ao Professor. Dr. Francisco Kennedy Silva dos Santos que abraçou e tornou possível o desafio da pesquisa, com seus diálogos e orientações. Além disso, seus ensinamentos nos proporcionam inspiração para concluir nossas pesquisas.

RESUMO

A pesquisa apresenta como objeto de investigação, uma análise da dinâmica territorial das comunidades litorâneas no bairro de Pau Amarelo, localizado no Município de Paulista, litoral norte de Pernambuco, que integra a região metropolitana do Recife. No último decênio, a pressão imobiliária vem configurando distintos aspectos com a densidade dos números de conjuntos residenciais na orla marinha. As novas edificações tecnicamente planejadas vêm suprimindo as atividades constituídas por práticas simbólicas dos antigos moradores, pescadores e marisqueiras, que dependem economicamente das práticas relacionadas ao mar. Neste encaço, apreende-se o bairro como território simbólico, com seus sentidos, memórias, valores, costumes e identidades. Todavia, o processo de urbanização no bairro do Janga, evidencia uma tendência na tentativa de reproduzir os novos padrões de moradia, assinalando para verticalidades e horizontalidades na orla marinha e principal Avenida: Cláudio Gueiros Leite, que incidiu no bairro de Pau Amarelo e Maria Farinha. Diante desse cenário, a pesquisa apresentou como objetivo geral, compreender a relação do mercado imobiliário nos bairros litorâneos e seus rebatimentos no território praiano. Devido à complexidade do objeto, optamos por uma abordagem qualitativa de cunho explicativo, exploratório, uma vez que a proposta procurou desvelar os condicionantes que operam nos processos territoriais do bairro. A princípio, nos debruçamos sobre o levantamento bibliográfico e as categorias de análise que deram suporte a pesquisa. Por conseguinte, o tema e área de estudo, que incluiu trabalhos acadêmicos, legislação e documentos oficiais. E para proporcionar uma participação observante, ou pesquisa participante, a presença em reuniões com representantes dos moradores e instituições do qual se fez necessária. Além disso, foram feitas entrevistas, diálogos informais com residentes envolvidos, registros das visitas de campo e observações nos bairros vizinhos. Através dessa metodologia, buscamos identificar a significação dos dados coletados relacionados ao processo de desterritorialização no bairro praiano. Os residentes do bairro litorâneo contestam diante das alterações enfrentadas, o adensamento das residências na orla marinha vem suprimindo o espaço das manifestações culturais. Ademais, promovendo deslocamentos das pequenas vilas de pescadores na extensão da orla, onde os moradores são colocados como meros espectadores.

Palavras-Chave: bairro; espaço; pressão imobiliária; território.

ABSTRACT

The research presents as an object of investigation, an analysis of the territorial dynamics of coastal communities in the neighborhood of Pau Amarelo, located in the Municipality of Paulista, north coast of Pernambuco, which integrates the metropolitan region of Recife. In the last decade, the real estate pressure has been configuring different aspects with the density of the number of residential complexes on the seafront. The new technically planned buildings have been suppressing the activities constituted by the symbolic practices of the former residents, fishermen and shellfish gatherers, who economically depend on practices related to the sea. In this pursuit, the neighborhood is apprehended as a symbolic territory, with its senses, memories, values, customs and identities. However, the urbanization process in the Janga neighborhood shows a tendency in the attempt to reproduce the new housing patterns, pointing to verticalities and horizontalities on the seafront and Main Avenue: Cláudio Gueiros Leite, which focused on the neighborhood of Pau Amarelo and Maria Farinha. In view of this scenario, the research presented as a general objective, to understand the relationship of the real estate market in coastal neighborhoods and its repercussions in the beach territory. Due to the complexity of the object, we opted for a qualitative approach of an explanatory, exploratory nature, since the proposal sought to reveal the conditions that operate in the territorial processes of the neighborhood. At first, we focused on the bibliographic survey and the categories of analysis that supported the research. Hence, the topic and area of study, which included academic papers, legislation and official documents. And to provide an observant participation, or participatory research, the presence in meetings with representatives of the residents and institutions of which it was necessary. In addition, interviews, informal dialogues with the residents involved, records of field visits and observations in neighboring neighborhoods were carried out. Through this methodology, we seek to identify the significance of the collected data related to the process of deterritorialization in the beach neighborhood. Residents of the coastal neighborhood contest the changes faced, the densification of residences on the seafront has been suppressing the space for cultural manifestations. In addition, promoting displacement of small fishing villages along the coast, where residents are placed as mere spectators.

Keywords: neighborhood; space; real state pressure; territory.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	TERRITÓRIO, METRÓPOLE, DESTERRITORIALIZAÇÃO E SUAS DIMENSÕES	13
	O conceito de Território e sua relevância para compreensão dos fenômenos da desterritorialização	13
	Metrópole: suas influências e distintas manifestações na produção do espaço	20
	Desterritorialização e suas múltiplas dimensões	25
3	GEOGRAFANDO OS NOVOS TERRITÓRIOS: OS BAIRROS LITORÂNEOS E SEUS SIGNIFICADOS	28
	História: o nascimento e desenvolvimento dos bairros litorâneos e suas multiterritorialidades	28
	Os territórios do bairro de Pau Amarelo: os conjuntos residenciais, o forte de Nossa Senhora dos Prazeres, os bares, o lazer praiano e os novos empreendimentos no território litorâneo	41
	Geografando o bairro de Maria Farinha: as novas formas de consumo do espaço, os bares na orla, os hotéis e os banhos de mar	59
4	A PRESSÃO IMOBILIÁRIA E SEUS REBATIMENTOS NA ORLA MARÍTIMA DO LITORAL NORTE	65
	As novas territorialidades: verticalidades e horizontalidades no bairro praiano, resistências e os deslocamentos dos bares e residências face ao avanço do mar	65
	As atividades culturais/tradicionais, pescadores e marisqueiras na orla marinha do Território praiano	76
	Nos limites do território: especulação imobiliária, os terrenos baldios, e as novas formas de lazer no litoral norte	84
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
	REFERÊNCIAS	97

1 INTRODUÇÃO

A iniciativa de toda pesquisa, exige um movimento contínuo de investigação, paciência e dedicação também andam em consonância, funcionando como um verdadeiro “artesanato intelectual”, em alguns momentos com ideias e pensamentos de outros (CRUZ, 2010). Para conseguir realizar a produção escrita sobre o tema, faz-se necessário um arranjo teórico-metodológico que direcione para a compreensão da realidade eleita, nesse caso a dinâmica territorial no bairro de Pau-Amarelo. Contudo, entende-se que os estudos geográficos são indispensáveis para o entendimento do processo de desterritorialização no bairro citado, pois são configurações que vêm impactando no modo de vida das comunidades litorâneas.

Diante do exposto, a presente pesquisa pretende debruçar-se em compreender a dinâmica territorial das comunidades litorâneas no Bairro de Pau Amarelo (Município de Paulista), historicamente ligado ao lazer praiano, integrando a região metropolitana do Recife (RMR). O bairro vem passando por um intenso processo de urbanização, destinada em sua maioria à sua produção de conjuntos residenciais e novos estabelecimentos ligados ao turismo e lazer.

O bairro de Pau Amarelo encontra-se imerso em uma tendência redesenhada pela pressão imobiliária, seguindo uma tendência e revelando uma trama de configurações, lança-se na direção a tudo que chamamos de circulação do espaço, que reforçam um processo contínuo de (des)territorialização/territorialização, gerando impacto no modo de vida dos indivíduos que ali estabelecem seus laços (COSTA, 2012).

O recorte espacial para referida compreensão está localizado no litoral Norte pernambucano, região metropolitana do Recife. O bairro de Pau Amarelo está situado entre as praias do Janga e Maria Farinha, bairros dos quais os moradores têm uma intensa relação com o território praiano. A pesquisa pretende compreender a expansão imobiliária e as mudanças de ocupação nos bairros praianos, percebida intensamente no último decênio, promovendo ações especializadas, impactando diretamente sobre o espaço as suas formas de relações sociais (CORRÊA, 2007).

Os moradores dos bairros litorâneos desenvolveram as práticas de pesca e coleta de mariscos em toda faixa do litoral norte, acentuando a relação com o mar através das gerações, revelando a figura do pescador artesanal e as coletoras de mariscos que transitam por quase toda extensão da avenida beira mar, constituindo uma territorialidade, revelando a multidimensionalidade do vivido territorial (RAFFESTIN, 1993). Devido à especulação imobiliária na cidade de Paulista, o modelo de habitação na faixa litorânea, se afirmou como

um território de peculiaridades, revelando uma dupla conotação, material e simbólica (COSTA, 2007). Diante disso, surgem formas de apropriação e ocupação, como produto social e técnica do trabalho, hierarquizada e fragmentada (CARLOS, 1996).

A labuta para compreensão do processo da expansão imobiliária se faz necessária, tanto no bairro citado, quanto nos bairros vizinhos, pois é perceptível o adensamento na Avenida Claudio Gueiros Leite e Avenida Beira mar, que atualmente vem sendo destinadas aos pequenos estabelecimentos comerciais, casas, e novos modelos de conjuntos residenciais. Diante disso, a especulação imobiliária na orla marítima vem proporcionando deslocamentos de antigos moradores para bairros distantes, dificultando as práticas associadas ao ambiente marinho.

Nessa perspectiva, é investigado o território dos bairros litorâneos, ancorado na ciência geográfica que poderá facilitar na discussão sobre a pressão imobiliária e as possíveis desterritorializações no território praiano do Município de Paulista. Desta feita, quais os rebatimentos causados pela pressão imobiliária nos bairros litorâneos? E essas mudanças podem refletir e influenciar na perda das atividades dos moradores com o mar e o território praiano?

Constatam-se no momento, que a especulação imobiliária nos bairros litorâneos vem promovendo um adensamento nas principais avenidas, limitando espaços e alterando as formas de usos na extensão da faixa de areia. Por consequência, direcionando a reprodução das atividades comerciais, para os bairros vizinhos: Maria Farinha e Conjunto Beira Mar. Os espaços antes simbólicos se tornam cada vez mais esquecidos, desprezados, substituídos pela influência dos interesses econômicos Carlos (1996). Nesse sentido, este processo se manifesta no plano do vivido, sofre uma fragmentação, pois compreende e reproduzem as relações sociais, desencadeando o modo de vida que envolve o espaço e tempo determinados (CARLOS, 2011).

No Bojo dessa conjuntura, o território do bairro de Pau Amarelo aparece em constante movimento, reproduzindo ruas, espaços elitizados, hotéis, condomínios fechados, muros altos, cercas, espelhos e câmara de vigilância, uma herança do processo de urbanização (SANTOS, 2014). Em outro momento, alguns aspectos no percurso da Avenida Beira Mar são destacados, ruas sem calçamento, praças abandonadas e terrenos baldios que se estendem até o Forte de Nossa Senhora dos Prazeres e toda extensão da orla se encontram processo de desgaste.

A especulação imobiliária estimulou a chegada e permanência de outras pessoas no bairro, alguns espaços de referência marcados pelos encontros à noite (um modo de vida mais simples e mais lento), como reuniões dos pescadores da colônia ou os donos e donas dos bares localizados na orla, também com as feirinhas de artesanato, perderam espaço para os novos

conjuntos residenciais no território praiano. Os antigos moradores perceberem o impacto das novas configurações no bairro, o fluxo de visitantes que geralmente se estendiam aos finais de semana passou a ser constante, seja ela uma segunda residência, ou casa de veraneio.

Dessa maneira, as distintas territorialidades no bairro praiano são perceptíveis e existe, o estranhamento estaria atrelado aos códigos territoriais, pois é possível construir uma série de territórios dos quais a comunidade litorânea estaria ligada desde seu enraizamento (HAESBAERT, 2012). A chegada dos alemães e Suíços na década de 1990 foi percebida, com investimentos em casas de padrões distintos no turismo, construções de hotéis e flats (novos empreendimentos) que por sua vez, gerou uma descaracterização em trechos da orla litorânea.

Além disso, em alguns espaços do litoral norte, algumas famílias de pescadores artesanais encontram-se isolados, foram deslocados para bairros vizinhos, evidenciando uma dispersão das práticas ligadas ao mar, causadas a princípio pela grande quantidade das novas verticalidades e horizontalidades, antigas vilas deram lugar as novas edificações erguidas entre a faixa de areia e a principal avenida. Diante disso, as reflexões buscam compreender os processos distintos: as possíveis influências da pressão imobiliária, com seus modelos e padrões das novas horizontalidades e verticalidades ancorados na metrópole. Além disso, os rebatimentos do adensamento urbano na orla da praia e como vem interferindo na inter-relação morador e suas práticas ligadas ao mar, apontando para uma nova reprodução territorial e social do bairro de Pau Amarelo.

Como objetivo geral, buscamos compreender a relação da pressão imobiliária nos bairros litorâneos e seus rebatimentos causados no território praiano de Pau Amarelo, localizado no Município de Paulista. E como objetivos específicos: Investigar os impactos causados pela pressão imobiliária na faixa litorânea dos bairros praianos e as relações dos moradores com atividades ligadas ao mar: pesca artesanal, atividades de coleta dos mariscos e comércio na orla da praia; Entender o histórico do modo de vida das comunidades litorâneas, a partir da década de 1980; Caracterizar as mudanças promovidas pelo avanço do mar na orla e seus impactos de ocupação no local e entorno dos pontos turísticos e seus deslocamentos para as praias dos bairros vizinhos (2000-2021).

Para realização dos objetivos acima, partimos do pressuposto que as ações da pressão imobiliária nos bairros praianos vêm refletindo na descaracterização do litoral e nas práticas ligadas ao mar. Atividades que fazem parte da história do bairro praiano, e neste contexto inserem-se as comunidades litorâneas do bairro de Pau Amarelo, e seus entrelaces com os

bairros adjacentes: Janga e Maria Farinha. A presente proposta visa compreender a pressão imobiliária nos bairros praianos e seus rebatimentos nos processos espaciais causados pela especulação imobiliária no território litorâneo.

De início, devido à complexidade do objeto, optamos por uma abordagem qualitativa de cunho explicativo, exploratório (permitindo a visualização dos procedimentos a serem adotados), no intento de identificar e descrever o cenário da pesquisa. Ademais, nossa proposta pretende desvelar os condicionantes que operam nos processos territoriais. Diante dessa trajetória, primordialmente propomos um caminho metodológico a partir do levantamento bibliográfico e documental, sobre o tema e área de estudo. Incluindo trabalhos acadêmicos, legislação, documentos oficiais e matérias jornalísticas.

Conforme a proposta de Bardin (2009), buscamos todo o conteúdo temático gerado, apontando a significação dos dados resultantes das entrevistas e visitas de campo no bairro estudado. Além disso, optamos por observação participante, conversas informais com os moradores dos bairros estudados e buscando os dados concedidos das respectivas associações dos moradores, localizados nos bairros de Pau Amarelo, Maria Farinha e Janga.

No capítulo I, trouxemos as contribuições e acepções sobre as principais categorias de análise estudadas, cujo título é: território, metrópole e desterritorialização. Seguido dos subtítulos: O conceito de território e sua relevância para compreensão dos fenômenos da desterritorialização; Metrópole: suas influências e distintas manifestações na produção do espaço; Desterritorialização e suas múltiplas dimensões. Muitos autores auxiliaram com o debate. Entre eles, Rogério Haesbaert, Milton Santos, María Laura Silveira, Iná Elias de Castro, Manuel Correa de Andrade, Paulo César da Costa Gomes, Ana Fani Alessandri Carlos, Maria Encarnação Beltrão Sposito, assim permitindo desenvolver o quadro teórico da pesquisa.

Ademais, o princípio dos trabalhos de campo no caminhar da pesquisa, proporcionou o desencadeamento das ideias expostas no capítulo II. Os percursos das visitas de campo influenciaram nas constatações de singularidades do bairro, e da caracterização do território litorâneo. Além disso, a inserção dos procedimentos a cerca das reflexões metodológicas, no intento de compreender e apontar os respectivos impactos das ações humanas no bairro (perda das territorialidades ligadas às práticas do lazer praiano e manifestações culturais).

O capítulo III enfatiza a pressão imobiliária e seus rebatimentos na extensão da orla marinha, identificando os espaços que vêm sendo alterados em detrimento dos novos conjuntos residenciais e clubes marinas no território praiano. Outrossim, destacar atividades simbólicas

como a pesca artesanal, coleta de marisco manifestações culturais, assim como os deslocamentos dos moradores em trechos da extensão de areia, face ao avanço do mar no litoral norte do Município de Paulista.

Dessa forma, uma incessante busca no decorrer da pesquisa se efetivou no intento de constatar distintos posicionamentos sobre a questão em tela. Procedimentos importantes como anotações, cronograma das entrevistas e diálogos informais realizadas no segundo, terceiro e quarto semestre da pesquisa foram utilizadas como reflexões diante do cenário nos bairros estudados. Os residentes mais antigos contribuíram sobre a realidade do território praiano, apontando as inquietações em distintos momentos das visitas na vila dos pescadores, localizada no bairro de Pau Amarelo. Alguns representantes dos donos e donas dos bares fixados na orla contribuíram com informações mais recentes, sinalizando um embate entre o mercado imobiliário e os antigos moradores fixados na orla marinha. Por fim, nas considerações finais estão apontadas algumas reflexões, discutindo os rebatimentos dessa questão.

2 TERRITÓRIO, METRÓPOLE, DESTERRITORIALIZAÇÃO E SUAS DIMENSÕES

O Conceito de Território e sua relevância para compreensão dos fenômenos da Desterritorialização

Na contemporaneidade, pesquisadores e estudiosos que se identificam e se doam para elucidar o conceito de território, fazem uma análise histórica vinculados ao ramo da geografia, ciências sociais e ciências políticas. Nesse sentido, há um fecundo debate nas distintas ciências contribuindo com uma reflexão teórica, partindo de uma dimensão material e simbólica, contemplada por distintos intelectuais. O território, etimologicamente surgindo da palavra *Terra-Territorium*, que para muitos pesquisadores, ainda que na contemporaneidade, o conceito de território seria quase que um sinônimo de espaço geográfico. Mesmo geógrafos e cientistas políticos, usam no cotidiano e suas atividades, atreladas aos textos acadêmicos.

No âmbito do senso comum, o território como um espaço político ou percebido, definido e delimitado por e a partir das relações de poder (SOUZA, 2007). Segundo o autor citado, uma fórmula que deve ser compreendida com uma primeira aproximação necessária, mas insuficiente. De fato, ainda existe um debate nas diferentes ciências em relação ao conceito. Todavia, Ratzel pode ser considerado como o principal organizador de um conjunto de ideias, do que seria o território e de como se edificaria sua função, modo de vida, cultura, atividades e práticas sociais.

Em sua obra *Politische Geographie* (RATZEL, 1988) elucida o território como um organismo, representando uma nação, elemento essencial para o desenvolvimento da sociedade. O solo, (*Boden*) como elemento que ofereceria coerência material ao Estado. Todavia, Ratzel distingue o conceito de território a partir dos aspectos culturais e dimensão de um país, além da territorialidade do Estado-Nação e seu enraizamento quase constante do solo pátrio, essencial para organização humana (espaço vital). Nesse sentido, Ratzel (1988) aponta que a sociedade estaria livre das dificuldades se aperfeiçoando de técnicas e estratégias que combinassem a sua estrutura social.

Para Raffestin (1993), o território não é percebido apenas como algo concreto, existe uma interatividade, imbricado entre os indivíduos e tessituras como redes ou nós, sistematizando um direcionamento econômico, social e cultural. Logo, constituindo de alguma forma o território. Para o autor, não seria coerente falar de território, sem fazer referência a

limite, delimitação, pois exprime a relação que um grupo tem com o espaço. Portanto, isolando ou subtraindo momentaneamente o que se configura uma área, imbuída de sistemas e ações, tessituras que revelam a forma mais elementar da produção do território (RAFFESTIN, 1993).

Conforme Raffestin (1993) esses sistemas de tessituras, mesmo sendo diferentes de uma sociedade para outra, contribuem em uma sintonia, permitindo uma coesão para assegurar a integração dos territórios. Raffestin (1993), ainda revela a dinamicidade de um grupo poderá se fortalecer com um processo de troca, constituindo o território a partir do vivido, das relações dos homens e os lugares que se articula e tudo que se evidencia. Assim, tudo que é expresso por uma representação, um campo de forças, simbolizam a imagem almejada de um território, oportunidades, transformações. Logo, relações de poder (RAFFESTIN, 1993).

Andrade (1995) aborda o conceito de território ligado a ideia de controle, domínio e poder, que não deve ser confundido com espaço “quer se faça referência ao domínio público estatal, que estende os seus tentáculos¹ por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas” (ANDRADE, 1995, p.19). Portanto, expressando um fluxo de produção, ou seja, comércio, indústria, serviços e população. O autor assinala que a partir das relações sociais, os vínculos afetivos aguçam e transformam de forma subjetiva uma consciência da territorialidade, da integração entre elas.

No que tange o território, Souza (2013) evidencia a distinção de território e substrato espacial material, assim como o de território e lugar. Nesse sentido:

Confundir o território com substrato espacial material (as formas espaciais, os objetos geográficos tangíveis, edificações, campos de cultivo, feições “naturais” etc) seria equivocado, assim como seria uma distorção muito pouco fecunda confundir o território com lugar, como se um único conceito devesse dar conta de todas as facetas do espaço social. Nesse sentido, confundir menos ou mais conscientemente, território e substrato espacial material equivale a “coisificar” o território, fazendo com que não se perceba que na qualidade de projeção espacial de relações de poder, os recortes territoriais, as fronteiras e os limites podem todos mudar, sem que necessariamente o substrato material que serve de suporte e referência material para as práticas espaciais mudem. E isso não é necessariamente, apenas ou primariamente um problema de um analista individual. Há, disto estou convicto, filtros ideológicos que concorrem para uma leitura “coisificante” do território (SOUZA, 2013, p.90).

Souza (2013) revela que uso do termo território não seria distorcido por coincidência ou mero descuido, uma vez que deve ser encarado distintamente, mesmo que a história evidencie o Estado-nação como um recorte político, não deveria ser confundido com controle ou domínio.

¹ Consulte-se sobre essa distinção, ANDRADE (1995).

Ainda em Souza (2013), as ligações afetivas entre um grupo social ou espaço, são fatores que corroboram para a compreensão da gênese de um território. Nesse sentido, todavia, a política, o simbolismo, as teias de significados, as identidades ou as relações materiais (trabalho, processos de produção, o fluxo de bens) contribuem para um olhar de referência no intuito da construção que “define” o território. Contudo, “é em primeiríssimo lugar, o poder, a dimensão política das relações sociais” (SOUZA, 2013, p.88).

Marcos Aurélio Saquet, em primeiro lugar, ilustra que o conceito de território na geografia, emerge na década de 1970. O processo de industrialização pode ter sido o precursor desse movimento, pois a industrialização galopante na época nos deu a ideia de desenvolvimento e trouxe consigo grandes impactos ambientais e transformações no modo de vida das pessoas, ou seja, um perigo para sociedade (SAQUET, 2015). O autor assinala que o território é “particularmente expressivo no sentido de que ele permite revelar as relações das sociedades com a realidade material e com a imagem que elas fazem de si, isto é, com a representação que os homens têm delas” (SAQUET, 2015, p.11).

Saquet (2019) em sua obra primorosa intitulada “Saber Popular, práxis territorial e contra-hegemonia” elucida e retoma o cenário das práticas sociais em diferentes tempos/espaços contemplando diretamente a vivência dos sujeitos. Ações estas materializadas com seus modos de vida, dando sentido e função ao território. Para o autor, “O território caracteriza-se como um espaço de (in)formação, partilha, reciprocidade, mobilização, luta, resistência político-cultural, ambiental, descolonização, conquista da autonomia decisória e de melhores condições de vida para e com o povo” (SAQUET, 2019, p.8).

Na década de 1990 inicia-se uma expansão no que diz respeito ao conceito de território. No Brasil, o geógrafo Milton Santos organiza com Maria Laura Silveira, o intitulado “O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI”. Santos e Silveira (2008) consideram que o território é extensão apropriada e usada, marcada por ciência e técnica. A partir dessas relações, o aspecto econômico e a densidade técnica são marcos, pois se materializam em território usado.

Portanto, “o uso do território pode ser definido pela implantação de infra-estruturas, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade” (SANTOS E SILVEIRA, 2008, p.21). Nesse sentido, os processos estariam em movimento, o território constitui e (re) constitui. “A divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e redefine a cada momento, a

capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições” (SANTOS E SILVEIRA, 2008, p.21).

Conforme o autor Roberto Lobato Corrêa (1994), em sua participação no livro intitulado “Território, Globalização e Fragmentação” obra primorosa que têm como organizadores: Milton Santos, Maria Adélia A. de Souza e Maria Laura Silveira, aponta que o território não é sinônimo de espaço, mesmo apresentando o mesmo significado, ou seja, não se vincularia necessariamente à propriedade da terra, mas a sua apropriação Corrêa (1994).

Portanto, surge uma configuração com sentidos distintos para concepção do território, de um lado o controle, hegemonia de grupos, vinculando-se ao domínio político. Do outro lado, assumindo uma dimensão afetiva, ou seja, um olhar voltado para o simbólico, grupos distintos, dotados de significados, como etnia, religião e cultura. “Os dois significados podem, contudo, combinar-se definindo territórios plenamente apropriados, de direito, de fato e afetivamente” (CORRÊA, 1994, p.251). Assim, sua amplitude no assunto abarca uma realidade do conceito de território subordinado em uma dimensão que apreende a organização espacial, o território visto como espaço político ou espaço afetivo, ou em consonância (CORRÊA, 1994).

Iná Elias de Castro e os autores Paulo César da Costa e Roberto Lobato Corrêa organizam o livro intitulado “Explorações Geográficas” no ano de 1997. Castro assinala o território articulado com o imaginário social, além do político e cultural (1997). Nessa perspectiva, o território estaria entrelaçado nas relações do homem com o meio, tornando visível e interpretável os simbolismos nos diferentes modos de organização sócio-espacial (CASTRO, 1997).

Para refletir sobre o conceito de território, Antonio Carlos Robert Moraes afirma em sua obra intitulada “Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no longo do século XVI” que o território também é espaço social, imbuído das relações que constituem fenômenos, heranças espaciais, sejam elas sociais ou biológicos “construídos com base na apropriação e transformação dos meios criados pela natureza” (MORAES, 2000, p.18).

Assim, o território é um produto socialmente produzido, um resultado histórico da relação de um grupo humano com o espaço que o abriga. Tal característica diferencia esse conceito na comparação com outros comumente utilizados pela geografia (como região ou paisagem), que podem manifestar-se adjetivados por fenômenos naturais. O território é, portanto, uma expressão da relação sociedade/espaço, sendo impossível de ser pensado sem o recurso aos processos sociais (MORAES, 2000, p.18).

Moraes assinala ainda que, apesar da origem da palavra (*territorium*), uma concepção administrativo-militar romana, sua retomada na contemporaneidade vem remontando um viés embasado nos estudos de processo minucioso, pois “Na ótica ratzeliana, o espaço é qualificado pelo domínio humano, sendo definido pelo controle político de um dado âmbito espacial” (MORAES, 2000, p.19). Nesse sentido, o autor expressa que a constituição de um território se dá a partir de um processo cumulativo, as manifestações a cada instante desenham possibilidades, um contínuo em movimento.

Continuando a consideração em Moraes (2000), o autor enaltece ainda que com a despolitização da reflexão geográfica (geografia política e geopolítica), encoberta a soberania da geografia regional francesa, o conceito de território foi praticamente banido boa parte do século XX, desse campo de investigação, “pois sua densidade política encaminhava para temas perigosos e inoportunos em face da perspectiva não ideológica da escola possibilista” (MORAES, 2000, p.20). Assim:

O resgate desse conceito pela Geografia ocorre no âmbito da repolitização do temário da disciplina subjacente ao movimento de renovação do pensamento geográfico a partir dos anos 60. Nesse momento, uma orientação metodológica marxista vai hegemonizar-se, propondo uma reflexão essencialmente econômica e política que reabilita a centralidade do conceito de território na análise do espaço terrestre. Nessa orientação prevalece uma concepção que qualifica o território pelo seu uso social, como fica bem ilustrado na seguinte passagem de Marx: “o que faz com que uma região da terra seja um território de caça, é o fato das tribos caçarem nela”.² Vale assinalar que, nessa visão, o uso pressupõe a apropriação e o domínio, o que (apesar das evidentes diferenças de método) não a contrapõe estruturalmente à concepção ratzeliana, anteriormente mencionada (MORAES, 2000, p.20).

Diante desse quadro, Moraes revela outro resgate do conceito de território por uma reflexão antropológica, associado a uma proposta mais recente. O autor assimila o território a um espaço de referência cultural, imbricados ao processo histórico, como sendo a relação “que se qualifica, portanto por um significado a ele atribuído por um dado grupo ou segmento social” (MORAES, 2000, p.20).

Nessa ótica o território se inscreve-se no campo dos processos de identidade societária, como se refere de formas de consciência do espaço e, mesmo, de autoconsciência grupal (nos grupos que se identificam pela relação com um dado espaço). Para essa concepção antropológica, diversas territorialidades exercitam-se sobrepondo-se num mesmo espaço, rompendo com a ideia de “exclusividade” presente nas visões anteriores (MORAES, 2000, p.21).

Nesse sentido, o debate do conceito exposto possui várias acepções. Moraes (2008) assume sua abordagem, contemplando também o espaço como dimensão da

² K. Marx. Formações econômicas pré-capitalistas, p.87

realidade, todavia, exprimem manifestações individuais e “o território recai no atributo de ser o uso social” (MORAES, 2008, p. 45).

Nesse sentido o território é antes de tudo uma escala de análise da sociedade e da relação sociedade/espço, isto é, um recorte analítico que objetiva uma visão angular específica da história. Em tal entendimento, o território emerge com uma totalidade para a geografia, um espaço dotado de uma historicidade própria, que corresponderia à espacialidade de uma dada “formação econômica e social” (MORAES, 1999, p.21).

O professor Rogério Haesbaert (2012) em suas pesquisas sobre o conceito de território, revelando uma visão integradora, ou seja, as relações em diferentes dimensões e distintas instâncias da realidade social, portanto, nem pode ser considerado um aspecto estritamente natural, nem unicamente político. Evidenciando uma polissemia de conceitos na seara da geografia, afirma o Geógrafo. Assim, numa primeira perspectiva, de natureza política, o autor aborda o território como espaço de jurisdição, um território de domínio e delimitado, que incide o poder do Estado (COSTA, 2010).

Costa (2010) elucida a segunda dimensão, de um ponto de vista cultural, com suas particularidades, o cotidiano se mostra um palco de influências, construção de identidade social, ou seja, uma dimensão mais simbólica. Nesse seguimento, o território econômico surge como a terceira dimensão, onde os bens de consumo, produção e relações de trabalho são reveladores de uma rede, no qual é percebida uma força produtiva. Nesse sentido, “o território é visto como fonte de recursos e acrescentado no embate entre as classes sociais, capital-trabalho como produto da divisão” (COSTA, 2012, p.40).

Uma síntese do conceito de território está apresentada abaixo, com os respectivos autores citados, suas visões teóricas, pensamento e associação com os ramos da Geografia (Quadro 1).

Quadro 1- Território: uma síntese do conceito

Autor e Obra	Concepção	Pensamento
Friedrich Ratzel, Politische Geographie, 1888.	Naturalista-Geografia-Física.	Considera o território como um organismo representado por uma nação, elemento essencial para o desenvolvimento da

		sociedade. O solo, (<i>Boden</i>) como elemento que ofereceria um vínculo material ao Estado.
Claude Raffestin. Por uma Geografia do Poder 1993.	Humanista-Geografia Crítica.	O território não é percebido apenas como algo concreto, existe uma interatividade, imbricado entre indivíduos e tessituras, como redes ou nós, sistematizando um direcionamento econômico, social e cultural.
Manuel Correa de Andrade, 1995.	Humanista-Geografia Crítica.	O autor faz sua referência a ideia de poder público estatal, domínio e controle de grandes áreas, desconhecendo as fronteiras políticas.
Marcelo Lopes de Souza. Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-Espacial (2013).	Humanista-Geografia Crítica.	O território é em primeiríssimo lugar, o poder, a dimensão política das relações sociais. Não pode ser confundido com o substrato material. Além disso, a ocupação do território é vista como gerador de raízes e identidade sócio-cultural.
Marcos Aurélio Saquet. Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia, 2019.	Humanista-Geografia Crítica.	O território se constitui a partir da vivência dos sujeitos. Ações estas materializadas com seus modos de vida, dando sentido e função ao território. Logo, o território caracteriza-se como um espaço de (in) formação, partilha, reciprocidade, mobilização, luta resistência político-cultural, ambiental e conquista da autonomia.
Milton Santos. Brasil: Território e Sociedade no	Humanista-Geografia Crítica.	O território é extensão apropriada, usada, marcada

início do Século XXI (2008).		por ciência e técnica, um palco de ações assinalando o território vivido, nas configurações econômicas, política e social.
Antonio Carlos Robert Moraes. Bases da formação Territorial do Brasil (2000); Território e História no Brasil, (2008).	Humanista-Geografia Crítica.	Aponta que é a própria apropriação que irá qualificar uma porção da terra como território, imbuído das relações que constituem fenômenos, heranças espaciais, sejam elas sociais ou biológicos construídos com base na transformação dos meios criados pela natureza.
Rogério Haesbaert. O Mito da Desterritorialização: do Fim dos Territórios à Multiterritorialidade (2012).	Humanista-Geografia Crítica.	Ilustra o conceito de território a partir de uma concepção integradora, possui dimensões: política, social e econômica, ambos conectados em distintas instâncias da realidade social.

Fonte: RAPOSO, Daniel Victor Neves, 2020.

A MetrÓpole, suas influências e distintas manifestações na produção do espaço

Na contemporaneidade houve uma grande perspectiva em torno de cidades globalizadas. A transformação das cidades e o processo de urbanização desempenham um papel, uma nova ordenação e dinamismo a partir da ação do homem. Nesse sentido, “a metrÓpole pode ser caracterizada como espaço de concentração populacional, de riquezas de tecnologia, de inovação, de difusão da modernidade” (ALVES, 2016, p.109).

A Região Metropolitana do Recife (RMR) vem passando por um intenso processo de urbanização, destinada em sua maioria à produção de moradias e novos empreendimentos. Refletindo aspectos negativos, sinalizando para uma “nova” produção espacial nas relações sociais, que por sua vez, procuram articular sua influência com as cidades no seu entorno. Além disso, as cidades periféricas vêm sendo continuamente fragmentadas, retratando cada vez menos seus valores em um constante movimento de segregação espacial (ALVES, 2016).

Paulista é um dos municípios da (RMR) que tenta integrar com as causas da Região Metropolitana do Recife, assumindo um papel, que foi redefinido e engendrado pelo capital, “é consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade” (CORRÊA, 2016, p.43). Nesse sentido, conforme Corrêa (2016) os agentes sociais estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista, por sua vez agentes inseparáveis e fundamentais da sociedade.

Nessa dimensão, surge uma multiplicidade de estruturas, que implicam novas tendências nas redes de comunicação, no comércio, por conseguinte, externando novos comportamentos e modelos de organização “espaços hegemônicos, onde se instalam as forças que regulam a ação em outros lugares” (SANTOS, 2013, p.29). Todavia, fazem parte de estratégias que podem contribuir para vincular uma capacidade de influências, ou seja, uma centralidade na produção do espaço. Portanto, a metrópole vem como um modelo de referência, uma rede, assumindo um papel de “protagonista”, com novas formas de organização, trazendo um cenário cada vez mais perceptível, um espaço adaptado no mundo contemporâneo (SERRA, 1987).

Nesse sentido, Carlos (1996) aponta para um novo molde das relações socioespaciais na metrópole, um rápido movimento que incide na construção de diversas realidades sociais, a autora considera a metrópole como:

Manifestação espacial concreta de um fenômeno que está posto de forma clara no mundo moderno, qual seja, o espaço se reproduz a partir do processo de constituição da sociedade urbana apoiado no aprofundamento da divisão espacial do trabalho, na ampliação do mercado mundial, na eliminação das fronteiras entre os Estados, e na generalização do mundo mercadoria. Este processo produz profundas mudanças espaciais, criando uma nova identidade que escapa ao nacional, apontando para o mundial como tendência. Isto é, o processo não diz respeito a um lugar ou uma nação somente, estas explodem em realidades supranacionais, apoiados nos grandes desenvolvimentos científicos, basicamente o desenvolvimento e transmissão de informação (CARLOS, 1996. p.55).

Carlos (1994) adverte para uma hierarquização dos lugares, onde atores hegemônicos, fluxos e mercadorias ditam o percurso da sociedade, criando espaços para um perfil específico de indivíduos circularem.

Generalizam-se pelo espaço planetário os fluxos de informação e mercadorias, pois se o capitalismo em um primeiro momento, contornou as fronteiras nacionais para se reproduzir, hoje destruiu-as totalmente, unificando mercado, constituindo em mundial e hierarquizando espaços que vão do centro à periferia assentadas em sólidas mas camufladas relações de dominação-subordinação. Nessa perspectiva, o urbano não designa mais a cidade nem a vida na cidade, mas passa a designar a sociedade que

constitui uma realidade que engloba e transcende a cidade enquanto lugar, pois tudo que existe entra em contato com o mundo todo, ligando pontos isolados no planeta. A união destes pontos dá-se através de nós de articulação que determinam as funções da metrópole, sede da gestão e da organização das estratégias que articulam os espaços. (CARLOS, 1996, p.56).

Conforme Carlos (1996) a diversidade das relações na metrópole, atrai uma carga de influências. Dividindo até mesmo as classes sociais em pequenas parcelas, investidas de atraentes caminhos e formas de apropriação e usos do espaço, ao mesmo tempo em que se faz um palco, uma reprodução da realidade “a metrópole é vista como um símbolo do mundo moderno, um centro, onde a vida flui com incrível rapidez, o que impõe um ritmo alucinante e a banalização de tudo como produto direto do processo de homogeneização” (CARLOS, 1996, p.55).

Essa combinação busca promover uma notável desconfiguração entre as cidades. Cidades afastadas, dentre elas cidades-dormitórios que não possuem a mesma centralidade, portando uma funcionalidade. Além disso, contribuindo para alicerçar “a valorização exacerbada de novos produtos imobiliários que se apresentam no mercado, portadores de sistemas de controle” (ALVES, 2016, p.140). Assim, promovendo uma artificialização padronizada, esfacelando características dos espaços de vida, “a subjetividade, as emoções, os hábitos e os comportamentos” (DAMIANI, 2002, p.163).

Além desses aspectos citados, ainda é possível relacionar a metrópole revelada por Carlos (1994) como um novo espaço, capaz de se recriar buscando uma racionalidade. Por consequência, fazendo surgir outras racionalidades, resultado de uma lógica não concordante para maioria dos indivíduos das quais elas pertencem e participam direta ou indiretamente “através do controle, da vigilância apoiado na mídia que reproduz uma realidade vivida e imposta através da utopia e da tecnologia que tende a programar e a simular o futuro” (CARLOS, 1996, p.57).

Todavia, a globalização apresenta uma normatização social, que se atualiza, sendo imposta por atores hegemônicos. Logo, os contrastes são percebíveis entre as cidades-centro e bairros que o rodeiam, configurando um espaço fragmentado e submisso, atuando em lugares específicos, produzindo um constante movimento de atração-expulsão (CARLOS, 1996). Nesse sentido a autora, elucida que a globalização produz modelos, reproduz uma realidade vivida e imposta através da utopia e da tecnologia que tende a fragmentar, programar e simular o futuro. Assim:

Mundializado, o espaço fragmenta-se por meio de formas de apropriação para o trabalho, para o lazer, para o morar, para o consumo etc. Deste modo, o espaço fragmenta-se em espaços separados, parcelas fixas, como consequência de uma atividade parcelada fundada no trabalho abstrato. O espaço aparece como mercadoria, apesar de suas especificidades, produzido e vendido enquanto solo urbano, cujo conteúdo escapa aos indivíduos, postos que submissos à troca e a especulação—uma troca que se automatiza em relação ao uso no processo de produção assentado na propriedade da terra que gera apropriação diferenciada dos espaços por extratos diferenciados da sociedade. Com isto, transforma constantemente o lugar, e produz um constante estranhamento do lugar com a perda das referências (CARLOS, 1996, p.57).

Além desses fatores, a metrópole pode ser considerada como um ambiente sinônimo de desenvolvimento “um conjunto articulado cujo foco tem sido o núcleo central da cidade” (CORRÊA, 2001, p.147). No entanto, ao se relacionar com os bairros periféricos, pode revelar outras realidades, uma descaracterização impactando nas referências, “mudando hábitos e comportamentos, bem como, formas de apropriação do espaço público, além da dissolução de antigos modos de vida e relações entre as pessoas” (CARLOS, 1996, p. 58).

Nessa perspectiva, se torna evidente que a metrópole possui seus mecanismos influenciadores, que por sua vez mostram-se imbricados com os agentes hegemônicos, constituindo um sentido ao movimento de domínio, conferindo com supostos modelos de atuação, gerando uma construção do espaço adaptado (SERRA, 1987). Assim, as estratégias do capital nem sempre se concretizam de modo explícito. Todavia, detém uma força capaz de causar uma redefinição dos lugares simbólicos, acarretando na “terrível dilaceração de uma trama espaço temporal, dissolução simultânea do espaço e do tempo sociais” (RAFFESTIN, 1993, p. 181).

Acerca dessa realidade, Carlos (2011) elucida também, para as transformações que transcendem além do trabalho, mercadoria e consumo na produção do espaço, estende-se ao plano do habitar, do lazer e da vida privada. Além desses aspectos, reconhecer que as articulações entre as cidades estão cada vez mais disponíveis, mais intensas, “geram uma multiplicidade ainda mais ampla de níveis de integração espacial e de possibilidades de apropriação dos espaços” (CARLOS, 2011, p.135).

Corrêa (2011) em sua participação do livro intitulado “A produção do espaço urbano: seus agentes e processos” realizados em conjunto com Ana Fani Alessandri Carlos, Marcelo Lopes de Souza e Maria Encarnação Beltrão Sposito, aborda o espaço, como decorrente das ações de agentes sociais concretos, com funções e ações não impostas, nem definidas, mas portadores de intenções, contradições e práticas espaciais que os são próprios de cada um. Nesse

sentido, a sociedade se encontra impregnada de materialidades, evidenciando ações que distanciam o olhar dos indivíduos para continuidade do espaço afetivo (CORRÊA, 2011).

Os agentes sociais da produção do espaço estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista. Refletem, assim, necessidade e possibilidades sociais, criadas por processos e mecanismos que muitos deles criaram. E são os agentes que materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído, seja a rede urbana, seja o espaço intraurbano. Afirma-se que processos sociais e agentes sociais são inseparáveis, elementos fundamentais da sociedade e de seu movimento (CORRÊA, 2011, p.44).

As características acima enunciadas elucidam uma produção do espaço habitado, considerado como do espaço de circulação, de espaço funcional, de acordo com Santos (2008) uma instância da sociedade que define um comportamento próprio, visível e influente na sociedade.

Consideramos o espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural ideológica. Isso significa que, como instância, ele contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é contida. Assim como o espaço está na economia. O mesmo se dá como o político-institucional e com o cultural-ideológico. Isso quer dizer que a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza obriga uma fração da sociedade atual. Assim temos, um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua configuração geográfica ou sua configuração espacial e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível, isto é a paisagem, de outro lado, o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade, em um dado momento (SANTOS, 1985, p.11).

Nesse contexto, Santos (1985) elucidam o processo do parágrafo anterior, como uma forma mais moderna do espaço social. Todavia, surge consigo uma dualidade, o velho e o novo, exercendo forças, formas particulares, o novo é essencialmente representado pelas inovações, concebida pela ciência e a técnica. O velho, não pode corroborar com o novo, ou seja, com “velhas” formas de organização social. “Novo e Velho, se encontram ambos, permanentemente, em estado de mudança, que é a dialética”, agindo de forma distinta, de acordo com o território de atuação (SANTOS, 1985, p.79).

O professor Milton Santos quando escreveu o livro Intitulado: “Técnica, Espaço, Tempo”, demonstrou que nesses espaços de racionalidade, pode ser entrevisto através da tecnosfera e psicofera. “Ambos são frutos do artifício, e desse modo subordinados à lei dos que impõe as mudanças. Logo:

Hoje, o próprio espaço, o meio técnico-científico, apresenta-se como idêntico conteúdo de racionalidade, graças a intencionalidade na escolha de seus objetos, cuja localização, mais do que antes, é funcional para os desígnios dos atores sociais de uma ação racional. Essa matematização do espaço o torna propício a uma matematização da vida social, conforme aos interesses hegemônicos. Assim se instalam, ao mesmo tempo, não só as condições do maior lucro possível para os mais fortes, mas também as condições para a maior alienação possível para todos. Através do espaço a mundialização, em sua forma perversa, empobrece e aleija (SANTOS, 2013, p.30).

Desterritorialização e suas Múltiplas dimensões

O professor Rogério Haesbaert, no seu livro intitulado: O Mito da Desterritorialização do “Fim dos Territórios à Multiterritorialidades” distingue três grandes dimensões sociais a partir das quais é realizada: econômica (menos tratada), a política e a perspectiva simbólica ou cultural (em sentido mais estrito). O autor adverte para divergências entre desterritorialização de matriz predominantemente econômica, outra de matriz política e uma terceira de matriz cultural. Todavia, não significa assumir uma posição estruturalista distinguindo de forma clara esses componentes. Portanto, são percebíveis os discursos sobre a desterritorialização, que por diversas vezes segundo o autor, assumem essa separação.

A desterritorialização numa perspectiva econômica, segundo Costa (2012) não é o campo de maior tradição nos debates sobre o território, no entanto, é possível constatar perspectivas que preenchem as lacunas nos termos pretendidos. Rogério Haesbaert propõe, num sentido mais amplo a desterritorialização interpretada praticamente como sinônimo de globalização. Surgindo novos cenários, “com fluxos comerciais, financeiros e de informações cada vez mais independentes de bases territoriais bem definidas, como a dos Estados Nações” (COSTA, 2012, p.173).

Na perspectiva política, a desterritorialização obteve maior destaque com a ciência política, por conseguinte, assumiu sua interface com a Geografia, a Geografia Política. Assim, propagando a relação de espaço e poder, com uma atenção maior para o poder político, “o conceito mais tradicional vincula o espaço à soberania estatal, ou seja, território como área ou espaço de exercício da soberania de um Estado” (COSTA, 2012, p.194). O autor reconhece o “Estado com o papel de destruidor de territorialidades previamente existentes mais diversificadas, e a fundação de novas, em torno de um padrão político-administrativo mais universalizante” (COSTA, 2012, p. 198).

A desterritorialização na perspectiva cultural é revelada pelo autor, como resultado das interações sociais, gerando relações de poder, de uma forma mais concreta assinalando um

controle. A outra forma seria a mais simbólica, denunciando um tipo de apropriação (COSTA, 2012).

Numa visão mais tradicional, esse “controle” é feito, sobretudo, como um controle de áreas ou zonas, áreas estas que são demarcadas através de um limite ou fronteira, sejam eles mais ou menos definidos. “Desterritorializar” poderia significar, então, diminuir ou enfraquecer o controle dessas fronteiras, aumentando assim a dinâmica, a fluidez, em suma, a mobilidade, sejam elas de pessoas, bens materiais, capital ou informações (COSTA, 2012, p.235).

Costa (2012) alerta para amplitude do conceito, autores como Santos (1990); Ortiz (1994); Ianni (1992) fermentaram o debate com reflexões sobre desterritorialização a partir do processo de globalização. Haesbaert revela que o Geógrafo Milton Santos principiou o debate na década de 1990, incorporando a dimensão cultural, alertando para uma associação entre ordem global “que desterritorializa ao separar o centro e a sede da ação” e “ordem local” que reterritorializa³. “É a sociedade nacional através dos mecanismos de poder, que distribui no país os conteúdos técnicos e funcionais” (SANTOS, 2009, p. 272).

De acordo com Santos (2014) o território habitado cria novas sinergias, gerando racionalidades, concentração de técnicas. Por consequência, “de algum modo fragmentam o território de modo vertical” uma nova realidade do território, trazendo consigo verticalidades e horizontalidades. “As horizontalidades serão os domínios da contiguidade, aqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes um dos outros, ligados por todas as formas de processos sociais” (SANTOS, 2014, p. 139).

Ainda em Santos (2000) o Geógrafo revela o território como uso, como recurso e também como abrigo. Nesse sentido, o movimento técnico-científico-informacional contribui para acelerar fenômenos, seguindo um fluxo da modernidade globalizada, envolvendo, portanto, sua própria lógica. A desterritorialização seria o resultado de um processo de invasão técnica buscando uma adaptação ao meio geográfico, recriando estratégias “com sua exigência de racionalidade, impondo novos usos e novas definições do tempo social” (SANTOS, 2009, p.304).

Tendo em vista a importância do conceito, outra contribuição importante de acordo com Haesbaert (2012) seria a do Cientista Social Ianni (1992), que também associa a globalização e modernidade como fenômenos motivadores do desenraizamento e desterritorialização,

³ Ver a este respeito o percurso na relação território e desterritorialização em Costa, 2012.

coordenando alterações de coisas, indivíduos, até mesmo pensamentos. Rogério Haesbaert (2012) expande o raciocínio buscando Ortiz (1994) que também assinala a fluidez da globalização como fator desterritorializador das relações sociais articuladas entre si.

Saquet (2015) em sua obra intitulada: “Abordagens e concepções de território” elucida que a desterritorialização surge como resultado das relações pertinentes ao território, ou seja, a partir do seu enraizamento. Dessa forma, o autor assinala para aspectos de influências, das relações dispostas que incidem no território, como “localização, área com fronteiras, Estado-Nação, ponto de referência, e a desterritorialização como fluxo, rompimento de fronteiras, deslocalização, movimento” (SAQUET, 2015, p.132).

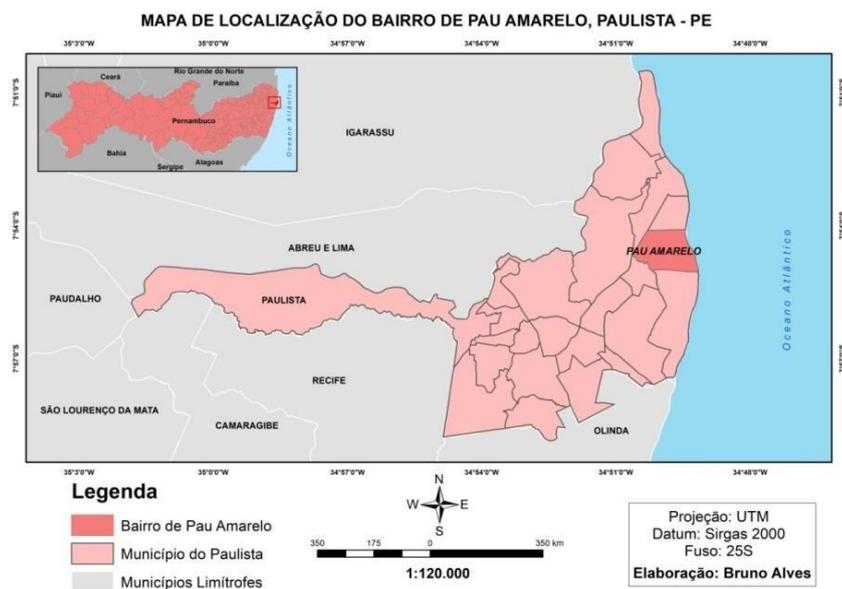
3 GEOGRAFANDO OS NOVOS TERRITÓRIOS: OS BAIRROS LITORÂNEOS E SEUS SIGNIFICADOS

História: o nascimento e desenvolvimento dos bairros litorâneos e suas multiterritorialidades

O bairro de Pau Amarelo faz parte do município de Paulista (Região Metropolitana do Recife), litoral norte pernambucano localizado entre as praias do Janga e Nossa Senhora do Ó, no qual é assinalado o recorte espacial para referida compreensão da dinâmica territorial. O bairro vem sofrendo desde o último decênio, um acelerado processo de urbanização, incidindo em novas residências e estabelecimentos comerciais, empregando um novo modelo de habitação no território praiano.

Dessa maneira, a expansão imobiliária, os novos estabelecimentos de comércio e o avanço do mar em alguns trechos da orla marítima, vêm acelerando e influenciando o modo de vida dos antigos e novos moradores, seguindo um percurso que tenderia a uma dissolução das identidades territoriais. Nesse sentido, distintos comportamentos vêm gerando um distanciamento dos antigos e novos moradores com as práticas ligadas ao mar, em alguns trechos ao longo da Avenida Cláudio Gueiros Leite, percebe-se o adensamento urbano na extensa faixa litorânea, deslocando vilas de pescadores para praias vizinhas do Município de Paulista.

Figura 1 - Mapa e localização o bairro de Pau Amarelo, Paulista, 2020.



Fonte: Arquivo do autor, 2020.

Pau Amarelo apresenta-se como um bairro privilegiado por suas praias e extensas áreas de vegetação ao longo da faixa de areia, porém sem um olhar sensível de cuidados e atenção para os diversos símbolos erigidos ao longo do tempo. Esse território, durante as décadas de 1980 e 1990 surgiu com diferentes formas de se relacionar com o mar e os moradores, entre as décadas citadas, um dos bairros mais procurados para o veraneio do litoral norte. Os interessados vinham sendo influenciados pelas práticas ligadas ao lazer praiano, tornando-se um lugar estratégico, onde bairros paralelos forneciam um suporte para outros propósitos como compras de produtos para curta e longa permanência no bairro. Ainda na década de 1990, grande parte de seu trecho (no litoral) ainda estava sendo ocupada permanentemente de diferentes formas, revelando elementos de uma distinta relação aos fluxos que a compressão tempo-espço propõe (MASSEY, 2008).

A todo o momento, o passado ainda emerge nas ruas dos bairros litorâneos, em sua grande maioria espaçadas e sem asfalto, elementos que permitem uma reconstrução das memórias. Os bairros vizinhos: do Janga, o primeiro após a ponte que dá acesso aos bairros de Pau Amarelo e Maria Farinha (localizado após o bairro de Pau Amarelo) constituem peculiaridades exatamente por apresentar caminhos que levam ao encontro do mar, um privilégio proporcionado pela geografia natural do território.

Outrossim, se destaca pela facilidade de comunicação entre os bairros, as primeiras habitações foram iniciadas entre a orla e a faixa de areia, (atualmente parte da avenida principal) promovendo as práticas do lazer praiano em toda extensão do litoral norte. Todavia, o litoral foi constituído de distintas formas, facilitando o encontro de visitantes com os banhos de maré o veraneio nas décadas de 1980 e 1990. O acesso pela ponte construída em 1968 facilitou e promoveu a interação direta entre os residentes dos Municípios de Paulista e Olinda.

O acesso pela ponte identifica um novo contexto, um caminho de livre acesso para os banhos de mar e longas caminhadas na faixa de areia da orla, percebendo no percurso, cercado por água tanto pelo rio timbó a oeste quanto a leste o litoral norte (Oceano Pacífico). Uma paisagem entrelaçada com símbolos, inspirando moradores vinculados aos sentimentos que se identificam com as práticas trabalhadas no cotidiano como a pesca, a coleta do marisco, ostras, sururu e a busca pelo guaiamum no bioma manguezal, vegetação que corta o lado oeste dos bairros.

Símbolos como a Iemanjá (Orixá Rainha dos Mares), obra do artista plástico Ricardo Lima de Andrade, localizada na entrada da ponte, consolidava influências no modo de vida dos

moradores, territorializando-se com suas danças e crenças, valores do simbolismo, dando sentido à permanência dos indivíduos que ali se perpetuaram, conforme suas relações no território praiano. Na contemporaneidade ainda acontecem às simpatias e orações para a rainha do mar, uma prática que vem resistindo, mesmo sem apoio e reconhecimento merecido. Algumas décadas atrás, segundo relato de moradores, as reuniões atraíam pessoas de outros bairros para contemplar uma das divindades mais queridas da ubanda, tida como a mãe de quase todos os orixás, no território estudado, os moradores apresentam como grande destaque para nossa cultura.

Figura 2 - Estátua em homenagem a Iemanjá, 2020.



Foto: Raposo, Daniel Victor Neves, 2020.

O bairro do Janga, ainda em desenvolvimento, surgia com uma proposta de infraestrutura distinta dos demais bairros mencionados, pois o número de habitações era perceptível na principal Avenida: Cláudio Gueiros Leite, dando acesso aos demais bairros litorâneos. Diante dessa composição, intencionalmente o mercado imobiliário surgia como participante do processo, iniciando de uma forma mais tímida, entre as décadas de 1980 e 1990, gerando uma dinâmica destinada aos conjuntos habitacionais. Algumas casas ainda no percurso para o bairro estudado ainda resistem, um território que vem apresentando dificuldades de permanência para maioria das famílias que ali residem.

Em virtude do processo de habitação ao longo da faixa litorânea, algumas casas que seguem e deram início ao trajeto que se estende até Maria farinha, encontram-se a comunidade de Enseadinha (Janga), pescadores e marisqueiras mantinham uma conectividade com os moradores de Pau Amarelo, pois a troca de informações também se dava através dos encontros

simbólicos, capoeira, coco de roda e ciranda. Algumas casas eram privilegiadas, seus terrenos espaçados seguiam uma linha imaginária. Muitas vezes adentrava boa parte da praia, coqueirais a perder de vista, a venda dos cocos tinha destino como as praias de Casa Caiada e Bairro Novo, atualmente, o cenário revela que algumas casas, (também funcionam como bares) resistem ao avanço do mar em trechos da orla praiana.

Figura 3 - Comunidade de Enseadinha, 2020.



Foto: Raposo, Daniel Victor Neves, 2020.

Os bairros mencionados se integram em práticas semelhantes. Todavia, o valor econômico dos conjuntos habitacionais no bairro do Janga, antecipou a procura pelas moradias no território, promovendo ainda mais a dinâmica de convivência no bairro. Seus pontos estratégicos direcionavam os moradores para encontros aos fins de semana, de preferência os bares fixados no litoral, se interando progressivamente no modo de vida dos moradores. No bojo desse processo, tal abertura e facilidade para chegar ao litoral norte desencadearam interesse dos moradores de bairros vizinhos.

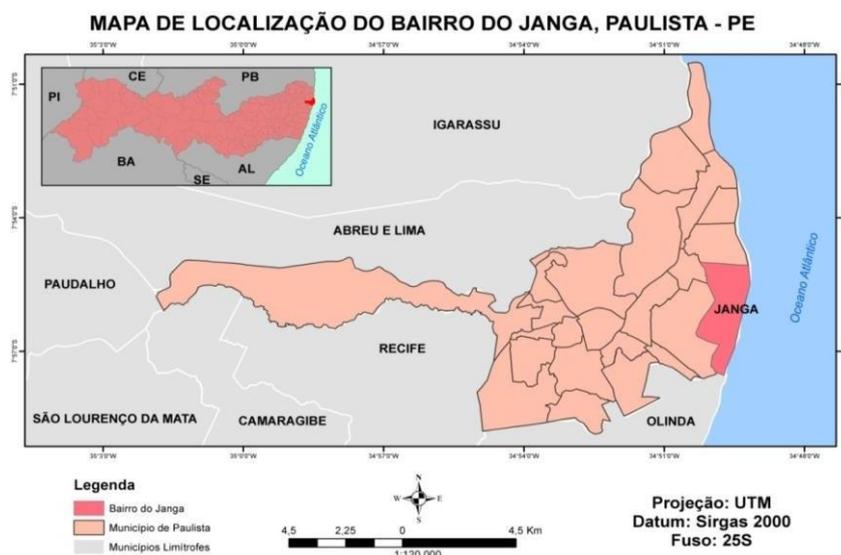
Destaca-se a proposta dos conjuntos de edifícios no bairro do Janga, evidenciando um modelo trazido dos grandes centros urbanos. Modificando a paisagem e apontando para uma nova funcionalidade⁴, desenvolvida em meados da década de 1970. Realidade que causaria desconforto aos habitantes que tinham suas moradias como diferencial, tanto na localização quanto na estrutura. São sobreposições espaço/tempo atrelado ao desenvolvimento do local.

⁴ Cidades dormitórios, uma realidade que se estende por grande parte do percurso da franja metropolitana da grande Recife em sentido as praias do litoral norte de Pernambuco.

O bairro não desfrutava de uma rede de transporte eficiente. Em alguns trechos do percurso para o destino do bairro de Pau Amarelo, a diferença da continuidade das edificações é perceptível. No entanto, sua ocupação se deu próximo a faixa litorânea. Respondendo aos empreendimentos econômicos, nesse caso, imobiliários. Além disso, se tornou um espaço constituído por uma diversidade de territórios. Práticas distintas de comércio e lazer se tornavam mais evidentes entre as décadas de 1990 e 2000.

Ao longo da década de 1980 inicia-se um intenso processo de instalações, um impulso da infraestrutura na linha da faixa litorânea. Nesse sentido, foram construídas praças e sistemas de iluminação importantes para a consolidação das atividades no litoral. Um percurso de residências se perpetuava na Avenida Cláudio Gueiros Leite.

Figura 4 -Mapa de localização do bairro do Janga, 2020.



Fonte: Arquivo do autor, 2020.

Dentre os variados bairros que fazem parte da faixa litorânea, tidos como redutos para o lazer praiano, na época das esperadas férias, o litoral norte ganhava destaque, pois, revelavam alguns aspectos peculiares, guardando nos seus símbolos um território contribuinte do lazer e descanso. As casas soltas, ruas sem asfalto, repleta de uma vegetação rasteira, associando uma faixa extensa de coqueirais. Atraindo as construções de casas e bares na “beira da praia”, revelando a relação de vínculo afetivo, intenso com o mar. Ademais, todos os caminhos, ao longo de suas ampliações conectam-se com os demais bairros, Pau Amarelo e Maria Farinha. Por conseguinte, influenciando o interesse do turismo, pois todos os caminhos revelavam uma área aprazível, possuindo uma geografia natural. Todavia, repleto de contrastes na dinâmica de

ocupação territorial. Após a ponte, o bairro do Janga é o primeiro bairro a representar um conjunto de fenômenos que impactaram os demais bairros ao longo da faixa litorânea.

No percurso que dá acesso ao bairro de Pau Amarelo, as ruas se misturam com pequenos comércios e conjuntos habitacionais. Implicando no fato de que a população procurou em sua grande maioria, habitar o litoral. Praticamente toda extensão da Avenida Cláudio Gueiros Leite é composta por casas, apartamentos e comércio que aproveitam o trecho do calçadão. Boa parte do trajeto ainda permanece no bairro do Janga. Nesse sentido, o cenário foi agravado por construções irregulares, gerando uma descaracterização devido à grande quantidade de imóveis na Avenida citada e na orla da praia.

Desse modo, considerando-se o contexto atual, percebe-se um espaço geográfico distinto, urbanizado. Apontando para descaracterização do território, que afeta o comportamento dos diferentes grupos sociais, um espaço dividido, por muitas vezes hierarquizado (SANTOS, 2004). Grandes partes das construções foram estrategicamente elaboradas, próximas da avenida principal onde o fluxo ficou cada vez mais intenso e contínuo. Essa realidade do encolhimento da faixa vem contribuindo para uma disputa acirrada dos lugares com pontos comerciais, se entrelaçando com casas e alguns espaços ainda a espera de possíveis interessados.

Diante disso, no último decênio, houve uma procura maior por residências na orla e adentrando o bairro. Diversos modelos dos conjuntos residenciais seguiam um padrão das novas áreas residenciais, verticalidades que posteriormente iriam dividir com os pequenos lotes adquiridos pelos primeiros moradores, representando um adensamento com a mesma intensidade no percurso da orla. Alguns lotes deram lugar aos edifícios, condomínios que estão presentes ao longo na principal avenida, habitações que disputam com antigas casas, bares, pequenos e médios comércios no bairro do Janga.

Figura 5 -Os novos edifícios na Avenida Cláudio Gueiros leite, 2020.



Foto: Raposo, Daniel Victor Neves, 2020.

Algumas características do bairro do Janga revelam uma dimensão objetiva das práticas que vem se constituindo ao longo dos anos, um processo que se afirma em busca de consolidação como bairro, bens e serviços. Grande parte da Avenida Cláudio Gueiros Leite foi ocupada por construções, estreitando espaços que davam lugar a orla. Seus limites podem apontar territórios do uso, construções desordenadas, casas, edifícios e comércio disputam o consumo da urbanização, resultado das “novas necessidades” (SEABRA, 2004). A construção do hospital Nossa Senhora do Ó, significou uma contribuição para permanência e chegada de moradores na época.

Figura 6 -Hospital nossa senhora do ó, 2020.

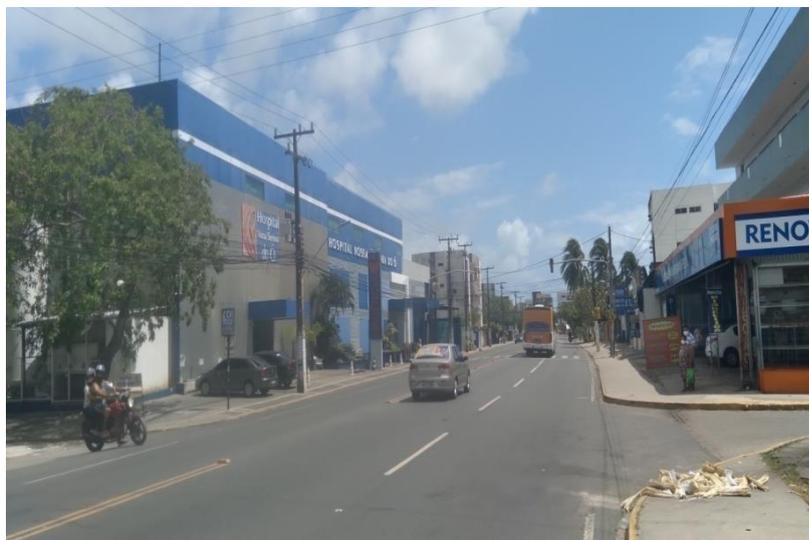


Foto: Raposo, Daniel Victor Neves, 2020.

A construção dos estabelecimentos comerciais, entre outras características revela o processo de urbanização nos bairros praianos, ofertando a busca pelo consumo de mercadorias em um só lugar, trazendo consigo um modelo com o intuito de substituir a busca em outros bairros. O supermercado Bompreço, localizado na Avenida Cláudio Gueiros Leite, foi construído na década de 1980, proporcionando um cenário que consolidava uma trama entre novos empreendimentos comerciais de pequeno e médio porte no entorno.

Figura 7– Supermercado bom preço, 2020.



Foto: Raposo, Daniel Victor Neves, 2020.

Entre as décadas de 1980 e 1990 o entrelace dos bairros litorâneos por toda orla marítima contribuiu para valorização imobiliária, engendrando uma dinâmica territorial peculiar no bairro. Recentemente, uma remodelagem das antigas residências vem dando lugar aos estabelecimentos comerciais, os pequenos comércios no entorno dos que já estão consolidados. Ademais, o cenário vem contribuindo para atender uma demanda para atender o consumo local, algumas casas localizadas na orla vêm perdendo espaço para os estabelecimentos comerciais entre a orla e a principal avenida.

O bairro do Janga apresenta-se atrelado as primeiras construções, revelando arranjos modernizadores, que por sua vez produzem uma força condutora responsável pela transformação e ampliação produzida ao longo do tempo, os pequenos comércios estão sobre a condição de espaços reduzidos, alguns dos antigos donos, não tiveram escolha, venderam e tentaram fixar um ponto comercial adentrando o bairro exposto. Contudo, as transformações vêm corroborando para o exercício de uma racionalidade implacável do sistema econômico, o simbólico se torna coadjuvante preciso do processo mercadológico (SANTOS, 2008).

Figura 8 - Pequeno estabelecimento na Avenida Cláudio Gueiros Leite, 2020.



Foto: Raposo, Daniel Victor Neves, 2020.

Essa transformação foi possível a partir da facilidade dos fluxos nas estradas, conduzindo a transformação do cenário no final da década de 1990, todo processo implicou ao longo do tempo, no desfecho que foi correspondido com a permanência dos estabelecimentos na Avenida Cláudio Gueiros Leite. Por consequência, foi ocupada uma extensa faixa de areia que completava uma exuberante paisagem seguida de altos coqueiros e árvores de distintas espécies.

O bairro apresenta construções semelhantes, algumas se perpetuaram com a demanda de materiais para uso das edificações, constituindo um conjunto de forças, socialmente construídas e mediadas pela materialidade (SOUZA, 2001). Nesse sentido, grande parte dos empreendimentos são comércios, que tentam se posicionar no fluxo da principal avenida, grande parte vem descaracterizando o território ao longo da orla, antigos espaços de encontros dos moradores, foram suprimidos entre a faixa do calçadão e as novas verticalizações.

Dentro desse contexto, alguns dos estabelecimentos estão fixados como pequenos centros de consumo, próximos a padarias e pequenas galerias, a grande maioria vem sendo fixadas nas entradas e saídas de ruas principais dos bairros litorâneos, facilitando distintos tipos de relações entre moradores e comerciantes.

Figura 9 - Armazém coral acahqui, na Avenida Cláudio Gueiros Leite, 2020.

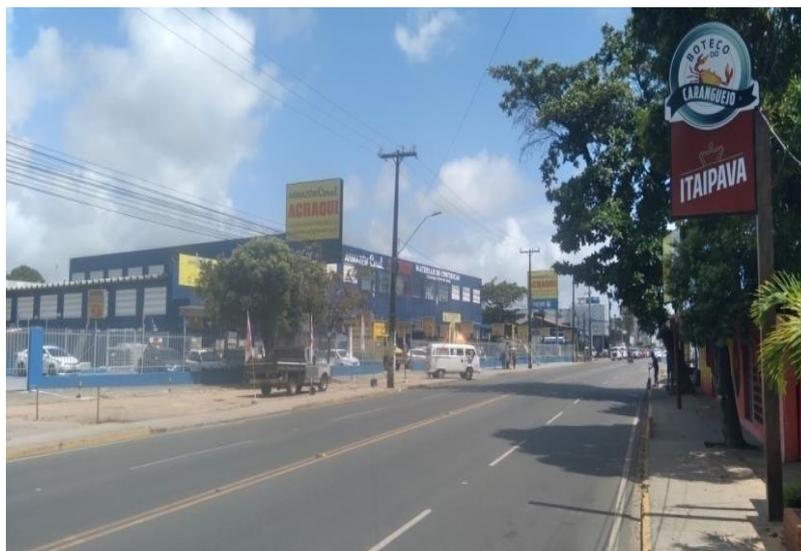


Foto: Raposo, Daniel Victor Neves, 2020.

Na orla, a poucos metros da Avenida Cláudio Gueiros Leite, os edifícios fogem dos padrões. Logo, percebe-se uma hierarquia de valores, uma verticalização que contrasta com bares e o que sobrou da vegetação na praia do Janga. Nesse sentido, ainda existe uma resistência, alguns moradores ainda sobrevivem dos bares que são atrativos nos finais de semana, um território afetivo para antigos e novos moradores, onde as diferentes temporalidades conseguem identificar a relação com as práticas que representam uma identidade, revelando diferentes níveis territoriais.

Na avenida beira mar, a disputa pelos espaços dos novos condomínios vem se consolidando intensamente próximo a orla, os novos modelos de edifícios e conjuntos de residências expressam um isolamento sem contato com atividades do bairro, possuem cercas elétricas, portões eletrônicos e seguranças transitando no território privado. Além disso, as ruas principais seguem destinadas ao encontro dos condomínios, calçadas estrategicamente para valorização da área.

Nesse seguimento, os bares disputam os espaços da faixa de areia com os condomínios fechados, seguindo em diferentes momentos distintas formas territoriais na orla da praia, verticalização condicionada para um público com hábitos diferentes dos antigos moradores “cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais um resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada”(SANTOS, 2013, p.106).

Figura 10 -Novas edificações na orla do Janga, 2020.



Foto:Raposo, Daniel Victor Neves, 2020.

Seguindo o percurso na Avenida Cláudio Gueiros Leite, a diversidade de comércios contribui para ativação dos novos empreendimentos. Aqueles que não se adaptaram, ou seja, não contribuíram para o processo de “modernização”, foram deslocados para as ruas paralelas. De acordo com os comerciantes, não seria possível alugar pontos mais próximos da orla, ficando impossível de competir com estabelecimentos de maior estrutura predial.

Dessa maneira, a pressão imobiliária incide no território litorâneo de forma seletiva, revelando seu maior interesse entre os espaços da orla praiana e a principal avenida. Nesse sentido, configurando uma desigualdade perversa aonde o conjunto das atividades econômicas vêm escolhendo seus proprietários pelo poder aquisitivo, apresentando uma nova imagem do bairro, estrategicamente, as principais lojas procuram apresentar-se seguindo tendências das novas edificações.

Diante disso, a pressão imobiliária entre as décadas de 2000 e 2010 produziu distintas formas de edificações na extensão da orla marítima, ações percebidas principalmente no ultimo decênio, ampliando também as redes de comércio no território praiano. Alguns terrenos baldios ou antigas construções foram remodelados, em seguida novas instalações no bairro foram concluídas para atender a demanda consumidora. Academias, galerias, mercados, escolas e alguns edifícios entrelaçadas em trechos da principal avenida (Cláudio Gueiros Leite). Além disso, caracterizou o processo de urbanização no território litorâneo, apontando a preferência baseada no fluxo da avenida principal com a proximidade da orla litorânea.

Figura 11- Expansão de novos estabelecimentos, instalação da subway, 2020.



Foto: Raposo, Daniel Victor Neves, 2020.

Conforme as informações reveladas pela prefeitura de Paulista, a Igreja Nossa Senhora da Conceição dos Médicos, localizada no bairro do Janga, foi construída no século XIX. Embora existam várias propriedades no entorno, o terreno da Igreja ganhou um espaço nas laterais, mantendo em parte seus aspectos arquitetônicos. A importância dela para os moradores vem das reuniões litúrgicas aos domingos, alguns trabalhos com residentes do bairro ainda vem sendo realizadas durante a semana, com o surgimento de outras Igrejas no bairro, seus visitantes foram reduzidos, no entanto, comparecem conforme datas e encontros tradicionais.

Figura 12 - Igreja nossa senhora da conceição dos médicos, 2020.



Foto: Raposo, Daniel Victor Neves, 2020.

Percorrendo o bairro do Janga, no seu limite com o bairro de Pau Amarelo, foi instalado no final da década de 1970, o Conjunto Beira Mar, um dos maiores conjuntos habitacionais da

região metropolitana do Recife, com suas 1.710 unidades, distribuídas em 29 blocos.⁵ O conjunto beira mar, encontra-se em constante interação com outros pequenos conjuntos residenciais no entorno, além do comércio, em sua grande maioria dos próprios moradores. Diante disso, é gerada uma constante dinâmica abarcando diferentes dimensões da realidade no seu entorno.

O conjunto residencial, por muito tempo foi desejado por desfrutar de uma geografia natural privilegiada, uma vegetação contemplada por altos coqueiros, conduzindo moradores nos finais de semana para os banhos de mar. Hoje, percebe-se uma produção de aglomerados, ensejando uma trama territorial na qual se integra distintas temporalidades. Como resultado da relação, algumas instalações se perpetuaram como moradias em frente ao conjunto, o que seria área de vegetação natural deu lugar às chamadas garagens, atualmente, algumas servem de moradia e ao mesmo tempo estabelecimentos comerciais. De acordo com moradores, olhos d'água, eram facilmente encontrados no território litorâneo, antes cercado por vegetação e água limpa, onde muitos passavam a parte do dia tomando banho, uma forma de lazer comum no início da década de 1980.

Figura 13 -Os altos edifícios, o conjunto Beira Mar. Antigas construções dividem o espaço com as novas residências na Avenida Cláudio Gueiros Leite, 2020.



Foto: Raposo, Daniel Victor Neves, 2020.

Os territórios do bairro de Pau Amarelo: as casas comerciais, o Forte de Nossa Senhora dos Prazeres, os bares, o lazer praiano e os novos empreendimentos no território litorâneo

⁵ Informação obtida em trabalho de campo, com a colaboração da associação dos moradores do próprio conjunto beira mar.

Segundo concepções populares, o bairro de Pau Amarelo consolidou características distintas dos bairros litorâneos, identificado como um bairro de veraneio, ressaltando os banhos duradouros de mar. Ademais, práticas de pesca e coletas do marisco em tempo de maré vazante serviam para acrescentar na renda dos moradores que dependiam da prática, no limite do bairro com o bairro do Janga, suas modificações vêm impactando em aspectos da identidade dos moradores.

A ciranda de Dona Duda, ganhou espaço como manifestação cultural do bairro praiano, condicionando um território percebido e vivido entre as décadas finais do século XX e o início do século XXI. Os distintos tempos no bairro assinalam para uma descaracterização dos símbolos mais diversos, outras instalações tomaram conta da área onde aconteciam os encontros aprazíveis.

Dessa maneira, o bairro consolidava uma referência expressiva, tradicionalmente aos finais de semana o laço com a vizinhança trazia interação na busca das praias, com as tradicionais festas ou reuniões marcadas com danças, e diversas manifestações culturais: coco de roda, a capoeira e a famosa ciranda de dona Duda. A Avenida Cláudio Gueiros Leite participa da realidade que devido ao processo de novas instalações e o avanço do mar em alguns trechos da orla, ofereceu impulso para saída dos moradores mais antigos para lotes adentrando o bairro.

Figura 14 - As novas instalações residenciais e comerciais na orla, 2021.



Foto:Raposo, Daniel Victor Neves, 2021.

Em contraste com os símbolos multiplicados por sua geografia, expressadas pela relação com o mar, os moradores do bairro de Pau Amarelo recordam uma resistência relatando ao

abandono do espaço que transmitia um sentimento real a partir da memória, evidenciando distintas experiências afetivas, vividas desde o princípio da ocupação no bairro, entre 1960 e 1970. Ocupações que configuram as casas de veraneio, sua grande maioria fixadas na orla, no último decênio perdeu de forma acelerada grande parte da faixa de areia, delimitando o trânsito de moradores e visitantes.

Figura 15 - Ocupação das casas na orla do bairro de pau amarelo, 2021.



Foto:Raposo, Daniel Victor Neves, 2021.

Essa realidade encontra-se envolvida numa trama, desencadeada a partir de fatores diversos: temporais, políticos e culturais. A região metropolitana do Recife vem passando por um massivo processo de urbanização, direcionando suas influências para o litoral praiano. Diante disso, os bairros tenderiam para um adensamento da população, um espaço despersonalizado constituindo um território tomado por conjuntos residenciais, propondo uma nova configuração de espaços privados. Portanto, a expansão imobiliária no bairro, desencadeada no último decênio acelerou o processo de ocupação na orla, consolidando uma fragmentação do modo de vida da comunidade litorânea, fomentada pelo mercado imobiliário.

As casas por sua vez, ocuparam tanto a orla, como também os espaços que levam para direção da Avenida Cláudio Gueiros Leite, os moradores relatam que em tempos pretéritos, o bairro era mais aprazível de se viver, atualmente os diálogos na beira das calçadas e até mesmo na orla se tornaram cada vez mais distantes. Além disso, em trechos da orla, multiplicidades das formas prediais vêm corroborando para o distanciamento entre os vizinhos, os muros se tornaram mais altos, cercas e câmeras de vigilância fazem parte da realidade dos moradores do bairro.

Figura 16 - As residências localizadas na orla do bairro de Pau amarelo, 2021.



Foto:Raposo, Daniel Victor Neves, 2021.

Acerca dessa realidade, a Praça Abigail Russel, localizada na Avenida Cláudio Gueiros Leite, um espaço de resistência no bairro, encontra-se em estado de abandono. Todavia, entre as décadas de 1980 e 1990, o espaço da praça era um motivo para os moradores se aproximarem dos acontecimentos do território praiano. Morar no litoral tinha um significado, um sentido a partir da ligação constituída com as práticas dos banhos de mar, a pescaria e a coleta de mariscos, que retratavam maneiras de viver, por pescadores artesanais e veranistas.

Moradores locais se articulavam na praça ou nos eventos habituais aos finais de semana, no caso dos pescadores, eram práticas do cotidiano, muitos sustentavam suas famílias e dependiam da pesca e coleta de mariscos, encontrados com fartura entre as décadas de 1980 e 1990. Atualmente, o espaço aprazível dos diálogos e reuniões entre amigos, acontece com menos frequência, o descanso embaixo das grandes árvores que cerceiam as casas, também foi deixando de ser uma prática corriqueira entre os moradores. Além disso, de acordo com os moradores que ainda contemplam o território praiano, alguns fatores vêm contribuindo para o descaso, a falta de iluminação na praça e no seu entorno influencia para que não aconteçam os encontros, caminhadas, conversas nos bancos da praça e na orla da avenida beira mar.

Figura 17- Praça Abigail Russel, 2021.



Foto: Raposo, Daniel Victor Neves, 2021.

No bairro, as ocupações das residências ao longo da orla proporcionaram o interesse dos veranistas que procuravam desfrutar do sossego provocado pela brisa do mar e as longas caminhadas na extensa faixa de areia. Por consequência, grande parte de sua vegetação natural foi devastada estreitando a vegetação litorânea de acordo com as residências, apresentando características distintas, em alguns momentos soltas com grandes áreas, os chamados terrenos, com a pressão imobiliária entre as décadas de 2000 e 2010 a grande maioria das áreas tornaram-se conjuntos residenciais.

Paulatinamente, surgiram alguns condomínios, ampliados em meio às transições pela procura de moradia, as temporalidades vêm imprimindo oportunidades dos investimentos imobiliários. Nesse sentido, o território ficou marcado intensificando o estranhamento na orla, as construções prediais em grande parte do litoral norte delimitaram os espaços antes usados para o lazer praiano ao longo da extensa faixa de areia. As praias dos bairros paralelos (Maria Farinha e Janga) também fazem parte do circuito, que vem fragmentando a função do território praiano no bairro, parte das casas que foram construídas na avenida beira mar entre as décadas de 1980 e 1990, com formas e terrenos distintos. Uma época de procura pelo espaço no território praiano, onde residir no bairro era sinônimo de fugir para o sossego do lazer praiano, aproveitar a vegetação aprazível e os banhos de mar ao longo do dia

Dessa maneira, o significado de território no bairro litorâneo remonta uma concepção afetiva, a partir das práticas ligadas ao mar, alguns espaços ainda representam seus significados a partir da memória dos moradores mais antigos. Em distintos momentos, a circulação dos habitantes ainda é percebida no bairro, uma tentativa estabelecer a relação com território

praiano. Além disso, entre as décadas de 1980 e 1990 o bairro comportava uma antiga marina, um território movimentado por turistas, atraídos para os banhos de mar nas piscinas naturais, atualmente o espaço é desprovido de qualquer estrutura que ofereça uma relação com o ambiente marinho.

Figura 18 -Antiga marina, 2021.



Foto:Raposo, Daniel Victor Neves, 2021.

Situado no litoral Norte da Região Metropolitana do Recife, o bairro de Pau Amarelo singulariza-se como um recanto popular, para banhistas que buscam os banhos salgados na praia, um território que exprime distintas práticas ligadas ao mar, expressadas nos encontros aos finais de semana. Os bares visitados nos finais de semana vêm resistindo ora a pressão imobiliária, articulando novos espaços e provocando o deslocamento dos pequenos estabelecimentos, ora aos impactos do avanço do mar.

Diante disso, evidencia-se o estreitamento da faixa de areia e uma tentativa de contenção com barreiras de pedra para amenizar o avanço do mar em alguns trechos da orla marítima. Alguns donos e donas de bares vêm encarando, impondo-se a dinâmica do território praiano no bairro de Pau Amarelo. Por conseguinte, realizaram mudanças e se “adaptaram” elegendo casas (de veranistas) condicionando como uma das soluções para permanecer com os estabelecimentos na orla da praia. As relações entre os moradores e donos de bares são pautadas no fluxo de visitantes no forte de Pau Amarelo, os bares localizados no entorno ainda oferecem os pratos típicos nos finais de semana, promovendo o comércio significativo para o bairro.

Figura 19 –Estabelecimento comercial na orla marinha, 2021.



Foto: Raposo, Daniel Victor Neves, 2021.

Em alguns trechos, a orla passa por uma intensa descaracterização, na tentativa de conter o avanço do mar ou diminuir o impacto nas residências e bares, os chamados diques de contenção foram preenchendo o percurso litorâneo ora adentrando o mar (boa parte na praia do Janga) ora na faixa de areia. Alguns barcos ficam ancorados do lado oposto aos diques, muitos deles esperam a maré encher para poder sair. Em algumas conversas informais, foi revelado dificuldades, as novas residências jogam esgoto direto no mar, impactando na diversidade das espécies. Além disso, a água retida na área permanece cerceada por pedras, por um período suficiente até o surgimento da lama, impedindo a pesca e a coleta de mariscos entre o dique e a orla da praia.

Figura 20 - Os diques e contenções na orla, 2021.



Foto: Raposo, Daniel Victor Neves, 2021.

Essa realidade é percebida ao longo da orla, a especulação imobiliária vem atuando entre a faixa de areia e o espaço da avenida, os territórios são distintos e “disputados” por casas, bares, barcos e banhistas que ainda procuram os banhos de mar e as caminhadas na areia molhada no litoral norte da região metropolitana do Recife. Além disso, é possível perceber que no percurso da orla, os bares foram removidos, se distanciando da orla, esse movimento de mudança, de acordo com donos e donas dos estabelecimentos, segue a configuração do impacto causado na faixa de areia.

Figura 21 -O recuo dos bares em direção ao calçadão, 2021.



Foto:Raposos, Daniel Victor Neves, 2021.

Lançando um olhar para o lado oposto a orla, é possível encontrar novos conjuntos residenciais, consolidando ainda os empreendimentos imobiliários. O lugar antigamente abandonado deu espaço para novas moradias, por sinal muito convidativo, em tempos pretéritos o terreno era ocupado por uma casa. As novas formas de residências promovem estratégias de quantidades no espaço reduzido, o valor do imóvel também encarece quando são oferecidos imóveis mais próximos da orla da praia, em poucos minutos encontra-se percursos que levarão esses novos moradores para banhos de mar.

Diante disso, algumas ruas vêm sendo pavimentadas lentamente, entre inúmeras quantidades de habitações próximas a orla, parte foram erguidas entre a principal avenida e a faixa de areia, são casas construídas na década de 1980 que estão sendo substituídas e modificadas, transformações que vem sendo promovidas pela especulação imobiliária, com novas técnicas de ampliação dos conjuntos residenciais na mesma área que ocupava uma residência.

Figura 22 - Os novos conjuntos residenciais, no bairro de pau amarelo, 2021.



Foto:Raposo, Daniel Victor Neves, 2021.

Nesse contexto, a formação territorial do bairro vem sendo marcado por um plano bem articulado de adensamento no território praiano, sob ação de forças hegemônicas do mercado de compras e vendas de terrenos, promovendo uma perspectiva de ordem (SANTOS, 2009). Ademais, percebem-se estratégias que vem fazendo parte ao longo da principal avenida: Cláudio Gueiros Leite.

As ruas se caracterizam por aspectos distintos, sua grande maioria ainda desprovida de asfalto corrobora para dificultar espaços que dão acesso à praia. É possível percorrer considerável trajeto até o encontro da orla, muitos dos acessos que levam até a praia foram fechados, impedindo o trânsito de pessoas. De acordo com moradores, os estabelecimentos e conjuntos residenciais “tomaram conta” expandindo e abrigando novas formas de reprodução de espaço urbano.

Nesse seguimento, o território praiano vem sendo expandido e descaracterizado na avenida principal e em todo percurso da orla litorânea. Atualmente o comércio vem influenciando com pequenos e médios estabelecimentos, que se fixaram de forma desordenada entre a orla e a principal avenida, seguindo até os limites do bairro de Maria Farinha, que também já vêm sofrendo impactos da pressão imobiliária. Além disso, despertou o interesse dos moradores locais, ganhando outras distintas funcionalidades no território litorâneo do Município de Paulista como pequenos comércios nos principais pontos do bairro.

Figura 23 -Principal avenida: Cláudio Gueiros Leite, delimitada por um misto de novas residências e estabelecimentos comerciais, 2021.



Foto: Raposo, Daniel Victor Neves, 2021.

Seguindo o percurso da principal avenida: Cláudio Gueiros Leite, surge o Forte de Pau Amarelo ou Forte de Nossa Senhora dos Prazeres, resistindo ao tempo, representa para grande maioria dos moradores uma referência no território praiano, o forte, foi restaurado, de acordo com o IPHAN em 1973⁶. Diante disso, ainda se configura cerceado pelos bares e casas que principiaram uma dinâmica da vida litorânea entre as décadas de 1970 e 1990.

O bairro litorâneo ainda é procurado para os banhos de mar, em tempos pretéritos era possível admirar sua extensa vegetação, o território praiano era repleto dos longos coqueirais e diversas árvores de grandes e pequenos portes. A brisa marinha é constante. Além disso, promovia eventos com participação dos moradores e visitantes nos fins de semana.

A partir dos diálogos com os moradores que residem no entorno do forte Nossa Senhora dos Prazeres, foi possível destacar as atividades e o fluxo de veículos como ônibus “caravanas” de passeios e diversos tipos de automóveis que constituíam um cenário importante para os residentes que dependiam das vendas de seus pequenos comércios entre as décadas de 1980 e 2000. Além disso, o litoral promovia uma movimentação a procura de lugares nos bares que faziam parte do ambiente praiano, parte dos visitantes chegavam do interior em busca de um refúgio na orla marítima.

⁶ Informação apresentada pelo site da prefeitura do município de Paulista: <https://paulista.pe.gov.br/site/noticias/detalhes/4645>.

Figura 24 –O forte nossa senhora dos prazeres, 2021.



Foto:Raposo, Daniel Victor Neves, 2021.

O forte de Pau Amarelo, como é conhecido no território praiano, ainda revela aspectos da comunidade litorânea no entorno, alguns moradores foram espectadores de toda mudança de configuração do território. De acordo com os moradores locais, o turismo vem perdendo intensidade falta investimento no patrimônio (Forte de Nossa Senhora dos Prazeres) que em tempos pretéritos, era palco dos eventos locais, reverenciando a ciranda e danças de cunho regional. Além disso, a capoeira, o coco de roda e o maracatu faziam parte dos ritmos contagiantes, ofertados nos finais de semana, passando a fazer parte do cenário carnavalesco (um dos pólos de folia no estado pernambucano).

Entre as décadas de 1980 e 1990 o turismo era atividade importante, a praia do bairro de Pau Amarelo destacava-se pela extensa faixa de areia e águas cristalinas. Além disso, seu grande conjunto de bares no entorno eram fixados sobre a faixa de areia na orla da praia, fomentando uma economia local. Todavia, o início do século XXI, o acelerado fenômeno do avanço do mar em alguns trechos da orla, vem provocando os deslocamentos e readaptação dos moradores que tinham comércio no entorno do Forte e ruas adjacentes. Os moradores recordam a promessa dos quiosques: o projeto não saiu do papel, evidenciando o descaso com os residentes mais antigos, culminando com a diminuição do turismo no bairro, partes das residências continuaram com seus bares e pequenos estabelecimentos, seguindo uma lógica de adaptação/relocação, preenchendo espaços onde o território ainda não foi impactado pelo fenômeno do avanço do mar.

Figura 25 -Bares remanescentes no entorno do forte de Pau Amarelo, 2021.



Foto:Raposo, Daniel Victor Neves, 2021.

As relações no entorno do forte de Pau Amarelo, constituíam uma rede de familiaridade entre os moradores e visitantes assíduos, durante os dias da semana os visitantes declaravam o apreço pela paisagem e aprazíveis banhos de mar no território praiano. Ademais, expressavam interesse nos encontros no entorno do forte, buscando a prática da pesca artesanal, e da coleta de mariscos em pontos específicos da faixa litorânea. Norteada por “guias” na maioria das vezes, os próprios residentes oriundos do bairro, com vínculos no comércio e bares fixados na orla, uma dinâmica redefinia o cotidiano se tornando uma necessidade, o lazer praiano com seus banhos de mar e as caminhadas na areia molhada.

Algumas casas, além de morada, se adaptaram ao comércio, pequenos estabelecimentos se encontram mais afastados da orla, mantendo sua relação com o mar e com os visitantes, boa parte do sustento das famílias ainda é proveniente da pesca os frutos do mar ainda são servidos nas áreas litorâneas. No bairro, o bar do acarajé, foi um dos primeiros a ganhar reconhecimento no território praiano, entre as décadas de 1990 e 2000 o bar oferecia uma boa estrutura para os visitantes: frutos do mar, banhos de água doce (os chuveiros instalados na época), mesas e cadeiras na orla da praia, lugares para o descanso e passeios combinados previamente com pescadores do bairro.

O bar do acarajé, antes fixado na orla da praia, perdeu espaço na faixa de areia, o fenômeno do avanço do mar acarretou em mudanças, formas de rearranjo socioespacial, evidenciando uma resistência no território. Ademais, o impacto no modo de vida dos moradores e a manutenção de suas práticas de pesca e coleta de marisco. Atualmente o bar do acarajé está localizado entre a Av. Cláudio Gueiros Leite, percurso que dá acesso ao forte de Pau Amarelo,

os moradores relatam que o bar do acarajé entraria no projeto, os quiosques (inserido pela prefeitura no último decênio) onde seriam fixados no entorno do forte. Muitos dos moradores se deslocaram para praias vizinhas, na tentativa de seguir com atividades ligadas a venda de peixes e mariscos, sem receber qualquer tipo de auxílio ou indenização da prefeitura do Município de Paulista.

Figura 26 - Casas e bares fixados nas imediações do forte de pau amarelo, 2021.



Foto: Raposo, Daniel Victor Neves, 2021

As casas dos antigos pescadores, fixadas na orla da praia, vem sofrendo com a força do mar, que avançou tomando parte do território praiano, em muitos trechos os moradores que mantinham atividades de pesca e coleta de mariscos para contribuir na renda da família, foram deslocados para bairros vizinhos. Diante disso, algumas famílias ainda conseguem prosperar, fazendo de suas casas (na ordem do dia) bares e pequenos estabelecimentos, cerceando o forte de Pau Amarelo que ainda consegue atrair os visitantes no verão (de 21 de Dezembro a 21 de Março).

Nesse sentido, famílias de pescadores revelam que possuem casa no entorno do forte, todavia, vem sentindo falta da presença dos órgãos responsáveis para realização da recuperação da orla marinha, grande parte das famílias exercem ao longo da extensão da praia (litoral norte) e dependem totalmente das atividades de pesca e coleta dos mariscos. Além disso, sem a devida estrutura no entorno do forte, com o passar do tempo os espaços foram sendo desprezados, sem iluminação em alguns trechos entulhos são acumulados, um cenário preocupante para os moradores do bairro litorâneo.

Figura 27 -Estabelecimentos e bares fixados na orla da praia de pau amarelo, 2021.



Foto: Raposo, Daniel Victor Neves, 2021.

As antigas residências dos pescadores fixadas na orla vêm sofrendo ameaças da pressão imobiliária, ao mesmo tempo disputam espaços antes improvisados para o recuo no período do inverno, onde o mar agride com intensidade a orla da praia, descaracterizando a extensão em trechos do litoral norte. Consta-se algumas formas de minorar os impactos, o muro de contenção construído na faixa da orla da praia com o paredão em formato de escadaria, erguido no intento de conter o avanço do mar, iniciado de forma acelerada em 2013. De acordo com os residentes, a empreitada não oferece acesso seguro para os banhistas. Ademais, vem provocando insegurança para os visitantes que desejam seguir o percurso na faixa de areia. Contudo, os banhos de mar e outras atividades ligadas ao lazer praiano ainda ocorrem.

Figura 28 - Muro de contenção na orla marítima de pau amarelo, 2021.



Foto: Raposo, Daniel Victor Neves, 2021

Em tempos pretéritos, perante a dinâmica do lazer praiano oferecido no entorno do Forte de Nossa Senhora dos Prazeres, as ruas adjacentes se tornariam um território imbuído de

emoções e comportamentos distintos, conduzindo os visitantes para os banhos de mar. Em seguida, a paisagem aprazível convidaria para desfrutar da extensa faixa de areia branca na orla da praia.

Dessa maneira, alguns bares remanescentes, também são moradia da maioria das famílias que dependem da pesca e venda dos pratos regionais na orla marítima. Na tentativa de permanecer com seus estabelecimentos, os bares recuam adentrado no que resta da faixa de areia em trechos que seguem os bairros litorâneos.

Figura 29 - Bar remanescente na orla da praia. Localizado no entorno do forte de nossa Senhora dos Prazeres, 2021.



Foto: Raposo, Daniel Victor Neves, 2021

Diante do exposto, os distintos estabelecimentos fixados na orla, ficaram limitados entre a faixa de areia e próximos ao muro de contenção, os residentes dos bares resistem ao descaso dos órgãos municipais responsáveis sem nenhum tipo de auxílio da prefeitura. Além disso, o projeto proposto mitigava o deslocamento dos bares, como também os quiosques padronizados no entorno do forte, segundo os residentes: a proposta promove as relações que referenciavam os valores locais, as maneiras de viver ligadas ao mar.

“Dona Maria” proprietária do bar, localizado no entorno do forte Nossa Senhora dos Prazeres, expressa o medo e insegurança de permanecer com suas atividades. As visitas não são mais como antigamente, a prefeitura não vem realizando o trabalho de recuperação da orla para os antigos moradores do bairro.

Figura 30 - O tempo revela o espaço estreito da faixa de areia no entorno do forte de nossa senhora dos Prazeres. Em tempos pretéritos, um território ocupado por bares e casas, 2021.



Foto: Raposo, Daniel Victor Neves, 2021.

Essa relação, condicionada à constituição do território praiano promoveu a interação dos moradores e turistas com os banhos de mar e descanso nos finais de semana, gerando uma articulação entre a maioria dos residentes da orla marinha. Tal fato contribuiu para disseminação das principais motivações de residir no bairro, os frequentadores do bairro, estreitavam as relações com o mar e suas águas cristalinas na brisa da atmosfera agradável e motivadora das visitas no litoral norte.

Figura 31 - Vista aérea do bairro de pau amarelo, 2021.



Foto: Raposo, Daniel Victor Neves, 2021

Os bancos de arenito, visíveis com a maré vazante, comprovam a exuberância do litoral norte do Município de Paulista, no verão ainda é possível caminhar em alguns trechos com

dificuldades. Boa parte da faixa de areia que dá acesso ao Forte de Nossa Senhora dos Prazeres vem se estreitando como ilustra a imagem área⁷ (do parágrafo anterior) parte das casas construídas entre as décadas de 1980 e 2000 permanecem em uma disputa imprevisível, a intensidade das ondas em determinados períodos do ano, impactam na contenção e invadem o espaço das casas. É nesta escala onde se constata a maior parte dos fenômenos de interferência, “o meio natural é o palco onde se desenvolvem as ações humanas, daí ser necessário conhecê-lo para planejar os seus múltiplos usos” (SEABRA, 2007, p. 26).

A pesca artesanal e a coleta de mariscos entre as décadas de 1980 e 2000 foram atividades de destaque nos bairros litorâneos, os encontros dos moradores nas associações e antigas vilas eram articulados no intuito de fortalecer a permanência das famílias e das práticas artesanais no litoral norte do Município de Paulista. Dessa maneira, as famílias que constituíam as vilas de pescadores fortaleciam as vendas de peixes e crustáceos no bairro. Por consequência, os pequenos estabelecimentos, peixarias, comércios, pequenas pousadas e restaurantes foram criando relações a partir da compra e venda dos frutos do mar.

O pescador residente do bairro de Pau Amarelo atua na costa do território praiano desde a década de 1980 e revela que algumas espécies de peixes e crustáceos não são mais encontradas em quase todo percurso, da comunidade de enseadilha no Janga, até o limite com bairro de Maria Farinha. Por conseguinte, devido à escassez das espécies, muitos pescadores e marisqueiras, migraram para outras praias na tentativa de manter o sustento da família e comercializar parte nos estabelecimentos dos bairros praianos adjacentes: Casa Caiada, Janga e Maria Farinha.

Não obstante, o descaso com a orla dos bairros mencionados e a falta de incentivos para a colônia de pescadores corrobora para o deslocamento das famílias dos primeiros moradores. A pressão imobiliária também vem corroborando para o deslocamento das famílias, a valorização excessiva dificulta a permanência dos habitantes próximo da orla marinha. Os moradores lamentam a falta de celeridade dos projetos citados pela prefeitura, que poderiam trazer possíveis benefícios para prosperidade do turismo e permanência nas praias vizinhas. Ademais, buscam dar prosseguimento nas práticas de pesca e coleta de mariscos se distanciando da orla, em barcos de amigos ou em conjunto com outros pescadores alugando por temporadas.

Diante disso, a prática da pesca artesanal vem resistindo diante das relações referentes ao processo de urbanização e adensamento da população. Com mais intensidade entre a orla da

⁷ Foto efetuada do aparelho drone, cedida pelo morador do bairro de Pau Amarelo em trabalho de campo.

praia e a Avenida Cláudio Gueiros Leite. Além disso, a grande quantidade de conjuntos instalados na orla promoveu a vulnerabilidade de pontos antes cobiçados pelos pescadores, em muitos trechos o esgoto sem tratamento é despejado diretamente no mar, Algumas famílias de pescadores se arriscam indo além dos bancos de arenitos, um território conhecido pelos próprios pescadores e marisqueiras⁸. Em tempos pretéritos, a pesca e a coleta dos mariscos predominavam e eram realizados a poucos metros da costa.

Figura 32 - O território da pesca artesanal e os bancos de arenitos no bairro de Pau Amarelo, 2021.



Foto: Raposo, Daniel Victor Neves, 2021.

As novas moradias entre a Avenida Cláudio Gueiros Leite e a orla, configuram uma nova urbanidade, possuindo uma característica “padrão” das novas residências no bairro praiano, áreas privadas que se estendem até a orla da praia. Atualmente, o bairro vem sendo fragmentado por suas ruas, suprimidas por casas, onde revelavam as atividades cotidianas dos antigos moradores, no ultimo decênio os espaços privados, foram elaborados preferencialmente na faixa litorânea, assumindo um território de atuação e especulação imobiliária. Além disso, algumas ruas são desprovidas de asfalto e também foi alvo dos novos modelos de residências na orla da praia.

A vivência dos moradores que dependem das vendas diárias nos bares vem perdendo sentido, o acesso ficou restrito pelas ruas do bairro e boa parte das obras promovidas pela prefeitura pouco interferiu nas condições para os antigos moradores e possíveis visitantes. Estrategicamente, alguns habitantes que possuem seus estabelecimentos na orla, tentam a

⁸ Campo realizado com o suporte dos pescadores do bairro de Pau Amarelo

relação com antigas práticas nos bares. Todavia, a intensidade do impacto das ondas marítimas deslocou os blocos de contenção (obras realizadas no último decênio), espalhando grande parte para dentro no mar, impedindo a passagem e o trânsito de pessoas na orla da praia. Como consequência, os bares e residências vêm sendo deslocados de acordo com o impacto causado pelo fenômeno do avanço do mar em trechos da orla.

Figura 33 - O tempo revela o desgaste do muro de contenção na orla da praia de pau amarelo impedindo o trânsito dos moradores e visitantes, 2021.



Foto: Raposo, Daniel Victor Neves, 2021

Nesse sentido, a realidade constatada se estende pela faixa de areia existente no território litorâneo, uma relação simbólica que vem se esvaindo com o estreitamento da orla, os banhos de mar, ainda são possíveis em determinados trechos com a maré vazante. Contudo, o acesso em diversos pontos vem se tornando desafio para quem não conhece o território e seus atalhos, em tempos pretéritos, os passeios aprazíveis na areia molhada da praia faziam parte do cotidiano dos moradores. Além disso, nos finais de semana, muitos visitantes desfrutavam desse lazer praiano. De acordo com o relato do morador e dono do bar, “com a chegada das novas residências na orla ficou cada vez mais difícil a pesca artesanal próximo da costa, os canais abertos despejam todo tipo de dejetos no mar”.

Dessa maneira, as relações envolvidas dos moradores e visitantes se vinculam cada vez menos no território litorâneo. Todavia, na tentativa de reatar com as práticas identitárias mencionadas, a colônia dos pescadores, aguarda pela regularização de um espaço (terreno baldio) que seria destinado as atividades da pesca e coleta de mariscos (para vendas e consumo). No intento de uma suposta retomada dos passeios turísticos e disseminação dos saberes e práticas do pescado, enfatizando a busca pelos banhos de mar no bairro.

O espaço pretende reunir os moradores da comunidade, buscando alternativas para dar continuidade ao modo de vida no litoral, representando os pescadores e marisqueiras das praias do Janga, Pau Amarelo e Maria Farinha. Outrossim, abrigar uma grande quantidade de pequenos barcos, jangadas e materiais de pesca. Que se encontram sem o mínimo de proteção. De acordo com pescadores locais, a prefeitura não oferece caminhos para assegurar as atividades no território. Além disso, a insegurança está relacionada à falta de interesse e fomento aos programas de apoio e políticas de incentivo a pesca, e práticas relacionadas aos costumes locais, assegurando o vínculo afetivo dos pescadores, coletores e coletoras de marisco, proprietários dos bares no entorno e os visitantes dos finais de semana. Os moradores relatam que na ordem da noite, a insegurança assola as ruas que dão acesso a orla.

Figura 34 – O novo espaço pretendido pelos moradores para instalação da colônia dos pescadores em pau amarelo, 2021.



Foto:Raposo, Daniel Victor Neves, 2021.

Geografando o bairro de Maria Farinha: as novas formas de consumo do espaço, os bares na orla, os hotéis e os banhos de mar

O território praiano ainda revela potencialidades para o lazer e o turismo, em alguns trechos da orla que dá acesso as ruas percebem-se distintas configurações arquitetônicas, pequenas casas, conjuntos residenciais e hotéis. O hotel Maria Farinha Praia Hotel, localizado estrategicamente no bairro de Pau Amarelo, foi instalado entre as décadas de 1990 e 2000, território que ainda vem promovendo o turismo (de forma mais tímida) e o veraneio no litoral norte do estado.

Nesse sentido, a ação do tempo constituiu novas formas de instalações na avenida beira mar, alguns fatores ainda corroboram para atrair os visitantes no trecho de alcance entre o hotel e conjuntos residenciais na orla da praia, a realização da extensão “calçadão” permite o acesso aos banhos de mar e caminhadas aprazíveis em alguns trechos da faixa de areia. Dessa maneira, só é possível ter acesso ao banho (com escadas instaladas) em frente ao hotel, que tomou conta de arte da faixa de areia, o território é desprovido de estrutura, envolvendo distintos obstáculos para realização do lazer praiano. Além disso, parte do espaço se entrelaça com o ambiente particular, assinalando uma realidade adversa dos moradores locais.

Figura 35 – Hotel Maria Farinha, instalado na orla da praia de Pau Amarelo, 2021.



Foto: Raposo, Daniel Victor Neves, 2021

Além desses fatores que contemplam a atmosfera do território litorâneo, alguns espaços destoam das antigas e modéstias casas de veraneio ao longo da Avenida Beira Mar, evidenciando uma interação entre distintos aspectos, facultando particularidades das maneiras de habitar e viver dos novos moradores. Todavia, a especulação imobiliária no último decênio proporcionou investimentos nas praias do litoral norte, onde um considerável quantitativo de espaços privados foi instalado no território praiano estudado. Por consequência, os espaços privados dos novos conjuntos residenciais vêm promovendo uma “nova urbanidade” associada aos modelos estimados para um público determinado.

Essa realidade encontra-se configurada sem maiores percalços entre a Avenida Cláudio Gueiros Leite e a Avenida Beira mar (que ocupa toda extensão de areia da orla), a pressão imobiliária vem expressando um afastamento das práticas simbólicas do território praiano. Todavia, o fenômeno do avanço do mar em alguns trechos da orla incidiu nas estruturas das casas e bares, alterando em distintos casos na permanência dos antigos moradores, dependentes

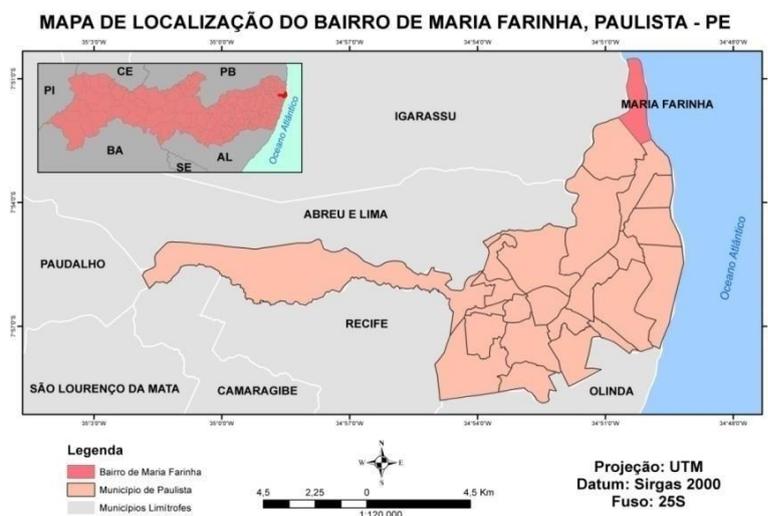
dos pequenos estabelecimentos fixados no entorno das novas residências. No intento de minorar o fenômeno citado, os novos residentes dos conjuntos habitacionais buscam formas distintas de mitigar a intensidade das ondas, os blocos de montagem assinalam a sensação de segurança na orla da praia⁹.

O bairro de Marinha Farinha, localizado no litoral norte do Município de Paulista, possui umas das praias que entre as décadas de 2000 e 2010 vem ganhando destaque no cenário do turismo. Atualmente, o bairro assinala uma configuração com trechos de vastos terrenos na orla da praia. Diante disso, é possível perceber no percurso da Cláudio Gueiros Leite, os condomínios fechados com áreas de lazer seguindo uma lógica de mercado, padronizada e sectária, produzida pelos envolvidos na oferta dos novos empreendimentos imobiliários, “uma resultante da aceleração contemporânea, Mediante o uso privilegiado, por alguns atores econômicos das possibilidades atuais de fluidez” (SANTOS, 2009, p.125).

Dessa maneira, o bairro de praiano vem corroborando para deslocamento de visitantes e antigos moradores dos bairros adjacentes, na tentativa de seguir com as atividades do turismo e comércio: os bares instalados na orla da praia. Por conseguinte, promovendo as caminhadas na extensa faixa de areia molhada e os banhos de mar nos finais de semana. O bairro litorâneo se constituiu com dificuldades de infra-estrutura, apresentando ruas que ainda seguem sem a devida pavimentação, dificultando o acesso em alguns trechos que oferecem acesso ao litoral praiano. Contudo, o descaso com o bairro não se tornou obstáculo para turistas e vizinhos das praias adjacentes conhecerem o território e suas exuberantes paisagens.

⁹ Registro de campo, realizado em Abril de 2021. Foi possível presenciar a celeridade das máquinas e montagem dos blocos, uma obra privada que ilustra a disparidade de estrutura e apoio (as primeiras ocupações de casas e bares no entorno do forte, ainda esperam indenizações ou suporte da prefeitura pra continuar com as atividades na orla marítima do bairro de Pau Amarelo). Em tempos pretéritos, parte da área cercada, era coberta por vegetação e percurso dos moradores e visitantes.

Figura 36 - Localização do bairro litorâneo, 2021.



Arquivo do autor: Raposo, Daniel Victor Neves, 2021

Maria Farinha vem atraindo turistas provenientes das praias adjacentes, Pau Amarelo e Janga, além de visitantes da região metropolitana do Recife. No período entre as décadas de 1980 e 1990 ainda era pouco habitada e sem recursos que contribuiriam para acolher os visitantes. De acordo com moradores, existem algumas vias de acesso, todavia, ainda encontram dificuldades com linhas de ônibus que promovam horários assíduos com as necessidades dos residentes. A ocupação do bairro se estendeu pela Avenida Cláudio Gueiros Leite, muitos moradores que chegaram ainda no final do século XX, ainda vivem dos recursos ofertados pelo ambiente marinho, como pesca e coleta de caranguejos (crustáceo muito desejado nos pedidos em bares e hotéis).

Atualmente, Maria Farinha é conhecida como um bairro-dormitório, em tempos pretéritos era ocupado em sua grande maioria por famílias de pescadores e alguns donos de áreas e terrenos que permitiam a ocupação das famílias no território praiano (a espera de maior valorização no bairro). Percebe-se uma concentração de espaços no controle de famílias associadas aos novos empreendimentos imobiliários, apresentando uma tendência que irá contemplar novos moradores e distintos poder aquisitivo, incidindo na vida cotidiana dos antigos habitantes e suas práticas associadas à prática da pesca e coleta dos mariscos do bairro litorâneo.

A dimensão simbólica do território vem sendo expressiva desde o último decênio, a promoção de espaços para o lazer praiano ainda não foi alterada com o fenômeno do avanço do

mar, que agiu de forma intensa nas praias vizinhas. Todavia, os pequenos estabelecimentos e bares, procuram se adaptar aos espaços que promovem maior dinâmica no fluxo de visitantes, hotéis e pequenas pousadas fixadas em alguns trechos da orla, marcadas pelo aprazível território litorâneo.

No percurso da orla, os conjuntos de bares dividem o espaço entre a faixa de areia e terrenos baldios, impondo limites na tentativa de controlar a chegada de possíveis moradores que desejam ocupar áreas na faixa de areia. O território vem sendo associado à especulação imobiliária de uma forma mais intensa entre as décadas de 2000 e 2010, onde paulatinamente casas de áreas distintas foram construídas nas ruas que levam ao encontro das ondas, as ruas são pavimentadas e possuem câmeras nas casas.

Diante disso, a estrutura vem beneficiando uma classe distinta, suprimindo o território de moradores que possuem seus pequenos estabelecimentos da orla da praia. Essa mudança, não beneficiou os pescadores e marisqueiras, algumas reuniões estão marcadas pra acontecer ainda no semestre corrente. Além disso, famílias que residem no trecho, são desprovidas de qualquer suporte da prefeitura do Município de Paulista, vivendo numa constante insegurança, os bares e domicílios não tem mais pra onde recuar no período de inverno, ficando então fixados até o limite do muro privado.

Figura 37 -Bares e casas soltas na faixa de areia, 2021.



Arquivo do autor:Raposo, Daniel Victor Neves, 2021

Dessa maneira, o adensamento dos novos conjuntos residenciais na orla, vem ocorrendo de forma acelerada no território litorâneo, promovendo impactos na vida dos habitantes e suas práticas ligadas ao mar. Atualmente, alguns lotes estão servindo para entrada e saída de carros que dão acesso a praia, esses terrenos/lotês possuem extensa área de vegetação, coqueiros e

corredores de árvores distintas. Um espaço que não se relaciona com os residentes do bairro, esse controle de entrada e saída vem provocando estranhamento nos antigos moradores que transitavam em trechos que davam acesso ao litoral.

4 A PRESSÃO IMOBILIÁRIA E SEUS REBATIMENTOS NA ORLA MARÍTIMA DO LITORAL NORTE

As novas territorialidades: verticalidades e horizontalidades no bairro praiano, resistência aos deslocamentos dos bares e residências face ao avanço do mar

Entre as décadas de 2000 e 2010, surgiram oportunidades de novos residenciais no bairro, a pressão imobiliária resultou em ampliações das horizontalidades e verticalidades, promovendo um adensamento dos condomínios privados e hotéis na orla da praia e próximos da avenida principal. Contudo, os novos padrões de moradia no litoral norte vêm selecionando moradores e revelando distintos padrões de consumo no bairro, alguns clubes vêm sendo instalados próximos aos residenciais, ofertando lazer exclusivo para moradores dos novos condomínios.

Dentro desse contexto, o cenário na orla da praia vem sendo impactado diante das alterações influenciadas pela pressão imobiliária, a especulação incide em muitos trechos da extensão de areia, mesmo em áreas consideradas como primeiras ocupações, e sem infraestrutura. Além disso, os conjuntos residenciais foram erguidos afastados de núcleos de comércio do bairro, reafirmando suas limitações dentro da realidade do bairro.

De forma estratégica, os novos modelos limitam os espaços antes livres para passagem na faixa de areia, em função de uma infraestrutura moderna os condomínios fechados invadem parte da extensão de areia da praia, descaracterizando áreas que em tempos pretéritos apresentavam extensa área coberta de areia e coqueirais. Ademais, os projetos de contenção na faixa da orla marinha estão em processo acelerado, os novos modelos de condomínios privados, promovem toda estrutura contra os impactos incidentes na extensão que corresponde aos terrenos fechados, os blocos são erguidos rapidamente com novas técnicas, descaracterizando o ambiente praiano.

Figura 38 - Os modelos de conjuntos residenciais fixados na orla da praia e suas novas estruturas de contenção, evidenciando o sentimento do medo dos novos moradores do bairro litorâneo com o fenômeno do avanço do mar, 2021.



Foto: Raposo, Daniel Victor Neves, 2021

Diante disso, os usos do espaço mencionados no último parágrafo, revelam novas formas organizacionais de habitação no território litorâneo, estratégias empregadas por racionalidades, o “progresso” da metropolização. Por conseguinte, contribuindo para uma remodelagem do espaço vivido, evidenciando para um cenário que não se relaciona com antigas práticas e moradores do território praiano “nesses espaços da racionalidade, o mercado é tornado tirânico” (SANTOS, 2013, p. 31). Nesse sentido, o mercado imobiliário é representado por grupos de investidores e grandes empresas, instalados conforme os interesses hegemônicos, instituindo obstáculos em uma crescente artificialidade do meio ambiente, substituída por uma esfera técnica (SANTOS, 2013).

A dinâmica do bairro estudado vem sendo instituída a partir da valorização do território, essa realidade propõe acelerar novos aspectos, uma caracterização distinta das maneiras de viver no bairro praiano. A ampliação das verticalidades e horizontalidades exerce um controle dos espaços, promovendo um modelo que define e cerceia a liberdade em diferentes níveis, os conjuntos se articulam como núcleos, espaços fechados e vigiados por câmeras de segurança, incidindo na descaracterização da orla marítima. Ademais, impondo limites e controlando os fluxos no território, em alguns trechos restringindo percursos (em tempos pretéritos, de acesso popular) que levariam ao encontro do ambiente praiano.

Nessa lógica, os estímulos para vinda dos novos moradores são percebidos através da promoção das novas estradas e ruas no entorno, encurtando os trajetos entre cidade/bairro, facilidades associadas aos novos modelos de residências na orla marítima. Diante, disso o

espaço referido concebe um território edificado, com suas próprias normas e particularidades, distintos modelos foram construídos (no último decênio) em curto período de tempo. Todavia, não adentraram no bairro, se encontram instalados como símbolo de valorização, próximos da orla marítima.

Figura 39 -Novas residências entre a faixa de areia , 2021.



Foto: Raposo, Daniel Victor Neves, 2021

Nesse seguimento, a pressão imobiliária no território dos bairros litorâneos demonstra assumir seletividade pela escolha do ambiente. Sob essa perspectiva, Sack (1986) adverte que indivíduos ou grupos hegemônicos, direcionam pessoas fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica. Ademais, esses espaços apresentam uma multifuncionalidade: academias de ginástica, piscinas, quadras poliesportivas, entre outras áreas reservadas para o lazer (incluindo seguranças e câmeras de vigilância¹⁰).

Diante do exposto, a concentração das novas moradias no território litorâneo se constituiu entre as décadas de 2000 e 2010, o adensamento de residências assinalou mudanças em trechos do bairro, gerando um cenário percebido até os limites com bairro de Maria Farinha. Os moradores que vivem no bairro há mais de três décadas, não tiveram conhecimento por parte da prefeitura ou associação dos moradores dos novos residenciais, estranhando o adensamento nas proximidades da orla¹¹. Os novos moradores relatam que não existe assiduidade nas caminhadas na areia da praia e os banhos de mar. Outrossim, não conhecem pescadores ou

¹⁰ Informações coletadas em campo realizado no dia 19/05/2021 (segundo os procedimentos de distanciamento e uso de máscara, diante da ameaça da covid-19).

¹¹ Uma quantidade expressiva dos novos modelos de conjuntos prediais foi erguida por cima da vegetação, suprimindo a fauna e flora do território litorâneo.

coletores de mariscos, todavia, morar no litoral norte do bairro ainda é um fator que incide sobre as decisões de moradia definitiva no Município de Paulista¹².

Figura 40 -As novas verticalidades e horizontalidades no bairro de pau amarelo, 2021.



Foto: Raposo, Daniel Victor Neves, 2021

Considerando a realidade do território litorâneo, ainda é possível perceber resquícios de espaços que ainda configuram parte da vegetação remanescente, entre a faixa da orla e a principal Avenida: Cláudio Gueiros Leite. Os terrenos baldios no percurso da avenida citada constataam uma realidade representada em tempos pretéritos, ou seja, o litoral norte em quase sua totalidade. Atualmente, a vegetação vem sendo suprimida por espaços privados. Todavia, permanece com sua extensa faixa de areia, constituída de altos coqueiros e diversas espécies de árvores, adentrando por quilômetros até os limites do rio timbó,¹³ “aqui se estabelece o choque entre uso e troca; a propriedade privada invade o cotidiano e provoca o estranhamento do indivíduo instigado pelas mudanças nos usos e nos modos de uso de um espaço que se recria para o consumo dele próprio” (CARLOS, 1999, p.177).

Diante disso, os donos dos terrenos parecem aguardar momentos favoráveis do mercado imobiliário para postular interesses futuros, a especulação imobiliária entre os anos 2000 e 2010 atuou como mercado atrativo, incidindo no território praiano. Além disso, o território é desprovido de fiscalização e proteção ambiental, assim como leis vigentes que auxiliem os antigos moradores na luta pela permanência das moradias na orla da praia. Nesse sentido, o território litorâneo assume “destaque” novas residências são especuladas, com suas

¹² A praia fica localizada a poucos metros de distância, mas os espaços dos novos modelos de habitações possuem aparelhos para prática esportiva e lazer, proporcionando um distanciamento da atmosfera praiana.

¹³ Informações coletadas através da pesquisa em campo, com pescadores remanescentes do bairro de Pau Amarelo.

propagandas que estrategicamente direcionam para um consumo privilegiado na orla da praia, associando status social e a mercantilização dos espaços (CARLOS, 1999).

Nesse contexto, o valor de troca impresso no espaço-mercadoria — se impõe ao uso do espaço na medida em que os modos de apropriação passam a ser determinados, cada vez mais pelo mercado. O consumo do espaço se analisa pelo movimento da transformação do uso em troca —, de sua mercadoria que impõe o fato de que seu acesso se realiza pela mediação do mercado, acentuando o papel e a força da propriedade do solo. Tal fato implica profundas mudanças nos modos de uso. No plano local, a consequência direta desse fato é o aprofundamento da separação entre espaço público/espaço privado. No plano mundial e regional, é a mercantilização dos espaços voltados às atividades do turismo (CARLOS, 1999, p.175).

Figura 41 -Terreno privado na avenida beira mar, assinalando a vegetação remanescente, 2021.



Foto: Raposo, Daniel Victor Neves, 2021

Nessa perspectiva, a paisagem corrobora para uma seletividade de interesses, atraindo em distintas intenções, seja pra veraneio ou residência definitiva. Contudo, como representação do sossego, o lazer praiano vem sendo associado às áreas verdes da orla, que contribuem para definição e controle das instalações verticais e horizontais no bairro (as novas maneiras de morar).

No contexto em que novas áreas adquirem valor de uso, o processo de apropriação passa a ser determinado pelas leis do mercado, isto é, definido pela sua trocabilidade. Nesse caso, as parcelas do espaço, sob a forma de mercadoria, se encadeiam ao longo dos circuitos de troca—a partir de uma estratégia e de uma lógica. Assim, as particularidades dos lugares no espaço se afirmam, potencializadas pela produção, pois o uso só pode realizar num determinado lugar, isto é, refere-se a escala local (apesar de articularem cada vez mais ao global – pela constituição da sociedade urbana).O espaço dominado, controlado, impõe não apenas modos de apropriação, mas comportamentos, gestos, modelos de construção que excluem/incluem. Produz a especialização dos lugares, determinada e direciona fluxos, originando centralidades novas (CARLOS, 1999, p.179).

Seguindo o percurso, a Paróquia Nossa Senhora do Ó, localizada no bairro de Pau Amarelo, revela sua importância na constituição do bairro, com suas reuniões e projetos,

mantém importantes relações com a comunidade litorânea desde o século XIX. Além disso, se tornou um importante espaço para os moradores, que vêm comparecendo aos encontros litúrgicos aos finais de semana, a paróquia também recebe visitantes dos bairros adjacentes: Janga e Maria Farinha. A dinâmica territorial do bairro possibilitou através dos programas de pavimentação (entre as décadas de 2005 e 2015) “facilidades” para os encontros na paróquia. Com mínimas mudanças em sua configuração predial, a igreja mantém sua atmosfera aprazível, atualmente também atua como ponto fixo de vacinação¹⁴.

Figura 42 -Paróquia nossa senhora do ó, 2021.



Foto: Raposo, Daniel Victor Neves, 2021

As especificidades territoriais na Avenida Cláudio Gueiros Leite vêm sendo o grande palco das transformações no território praiano, nos limites com o bairro de Maria Farinha, percebe-se um campo de forças entre as novas maneiras de consumir o território citado. Algumas porções, voltadas para a orla da praia, tentam lidar com toda mudança que suprime os costumes do território praiano: O lazer entre os bares, os banhos de mar e as caminhadas na faixa de areia, compõem um imaginário aprazível dos visitantes.

Para os moradores, laços de afetividade com o bairro, suas práticas simbólicas e maneiras de viver no litoral. Todavia, alguns terrenos vêm limitando o acesso aos banhos de mar, revestindo o espaço com estacionamentos e condições para passagem e permanência. Em tempos pretéritos, os muros não cerceavam a área referida (predominante entre a avenida e a faixa de areia). Atualmente, existem portões e cercas delimitando o espaço de entrada e saída,

¹⁴ Informações coletadas em trabalho de campo, 26/05/2021.

com possibilidades de passagem pela orla da praia, evidenciando uma seletividade daqueles que tem por interesse consumir o ambiente.

Constata-se hoje, a tendência segundo a qual cada vez mais os espaços são destinados à troca, o que significa que a apropriação e os modos de uso tendem a subordinar cada vez mais ao mercado. Em última instância, isso significa que existe uma tendência à diminuição dos espaços, onde o uso não se reduz a esfera da mercadoria e o acesso não se associa à compra e venda de um “direito de uso temporário” (CARLOS, 1999, p.178).

Diante do exposto, algumas áreas no percurso da Avenida Cláudio Gueiros Leite vêm sendo alteradas por práticas distintas do uso do território, uma configuração articulada com o intuito de promover regras, espaços delimitados pelo adensamento no território praiano. Atualmente, a pressão imobiliária vem promovendo o adensamento dos conjuntos residenciais entre a faixa de areia e a avenida, que por sua vez incide na vegetação.

Dessa maneira, a quantidade de lotes e terrenos elaborados para iniciar o processo de novos modelos em trechos do litoral, amplia a fragmentação social no bairro. Nesse sentido, as relações entre antigos e novos moradores se distanciam nos espaços em função a estrutura moderna, que produzem mesmo na orla da praia, áreas destinadas aos conjuntos residenciais, delimitado a presença de “estranhos”.

Nesse seguimento, os terrenos localizados ao longo do litoral praiano vêm sendo disputados pelos atores hegemônicos no intuito de reunir visitantes e novos moradores em espaços elitizados, com aparatos técnicos, seguranças e áreas de lazer. É possível encontrar terrenos dentro de seus muros, evidenciando um processo pautado na lógica do mercado, que atribui ao perfil social dos visitantes e novos moradores do bairro estudado.

Figura 43 - Terreno entre a orla da praia e a avenida Cláudio Gueiros Leite, 2021.



Foto: Raposo, Daniel Victor Neves, 2021

Em distintos momentos é possível evidenciar as relações dos moradores mediadas por áreas vigiadas, assinalando um bairro segmentado. Em tempos pretéritos, (décadas de 1990 e 2000) o bairro promovia uma realidade ancorada em sensações aprazíveis. Na contemporaneidade os espaços de lazer incluem taxas para entrada e permanência, resultado das novas possibilidades de contemplar o território litorâneo. Novas estradas alimentam capilaridades, ofertando facilidades no vínculo com litoral norte do Município de Paulista. Nos limites do bairro a dinâmica das estradas contribui para o acesso e consumo do lazer praiano. Pequenos comércios, postos de gasolina e restaurantes revelam o trânsito de visitantes e moradores, para consumo nos estabelecimentos.

Na avenida beira mar, é possível encontrar boa parte dos bares resistindo ao fenômeno do avanço do mar. Famílias de pescadores e marisqueiras vêm tentando permanecer com suas práticas no litoral norte, redefinindo seu território de acordo com a força das ondas que incidem de forma agressiva adentrando em sentido orla. Em diálogos informais com as famílias, foi possível constatar que os moradores seguem sem auxílio e tem como única fonte de renda o que vendem nos bares. Ademais, os dias que efetuam a prática da coleta de marisco, guaiamum e a pesca¹⁵. Todavia, nem sempre conseguem coletar o suficiente para o comércio e consumo. De acordo com os donos de bares, a participação do Rio Timbó vem representando importante recurso econômico.

Figura 44 -Bares remanescentes nos limites do bairro, 2021.

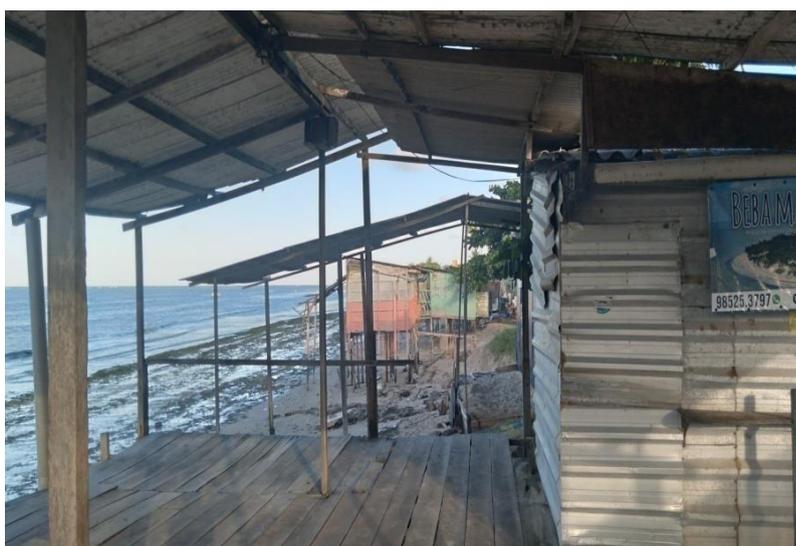


Foto: Raposo, Daniel Victor Neves, 2021

¹⁵ Com informações coletadas em pesquisa de campo terça-feira, 01/06/2021. Os diálogos foram feitos com uso da máscara e distanciamento.

A orla marinha no trecho entre o limite das praias do bairro de Pau Amarelo e Marinha Farinha possui grande extensão da faixa de areia. No percurso que dá acesso a praia é possível encontrar casas de arquitetura distintas, casas soltas com grandes terrenos, e outras com áreas muradas com pequenos conjuntos de casas. Em sua totalidade amparada com câmeras e seguranças transitando no entorno. A faixa de areia define o território, com uma perspectiva de dimensão simbólica.

Na ordem do dia, é possível encontrar múltiplas práticas do uso do território praiano, as caminhadas na areia molhada e os banhos de mar como recurso do repouso de moradores e visitantes. Nos finais de semana, a presença no verão é mais intensa, a faixa de areia por ser mais espaçada, contribui para as práticas do lazer no litoral norte. Contudo, o adensamento das casas nos trechos dos bares proporcionou uma expansão desordenada, parte dos conjuntos residenciais adentra a faixa da orla, delimitando parte da orla.

Contudo, percebem-se aspectos de abandono no trecho mencionado, as famílias residentes dos bares estão em constante alerta, pois recuam os estabelecimentos diante da falta de projetos que possam garantir a permanência dos moradores. As famílias erguem as estruturas de madeira, com receio dos impactos das ondas. Um dos funcionários do bar, que mesmo nos dias de semana trabalha com parte da limpeza ou dando suporte em pequenas atividades, relata que em tempos pretéritos, ainda que no inverno, os finais de semana eram de boas expectativas, de vendas e das idas para coleta de marisco, alguns canais passam pelo bairro com suas tubulações.

Além desses fatores, não existe o saneamento básico adequado, são despejados os resíduos diretamente na praia, poluindo e dificultado o encontro das espécies marinhas, antes encontradas em abundância por toda faixa litorânea do bairro e praias adjacentes. Outrossim, as estruturas dos bares (espécie de palafita) revelam a tentativa de prosseguir com os estabelecimentos na orla da praia. Assinalando centralidades de investimentos no bairro, “daí a brutal distorção do sentido da vida em todas suas dimensões, incluindo do trabalho e do lazer, e alcançando a valoração íntima de cada pessoa e a própria constituição do espaço geográfico” (SANTOS, 2009, p.147).

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de um sistema de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e pertencimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi (SANTOS, 2009, p.96).

Figura 45 - As estruturas de palafita nos bares remanescentes, 2021.



Foto: Raposo, Daniel Victor Neves, 2021

Adentrando a rua, no sentido oposto aos bares, está localizada a Igreja Nossa Senhora da Conceição da Praia, ainda no bairro de Pau Amarelo, nos limites com o bairro de Maria Farinha, às margens da PE-01. Possuindo uma área que revela boa parte da vegetação remanescente. A comunidade católica dos bairros adjacentes também comparece festejando os dias de reuniões litúrgicas, assim como suas programações durante a semana no litoral norte do Município de Paulista. A Igreja Católica Nossa Senhora Conceição da Praia, acolhe a comunidade que vive no entorno, os pescadores guardam materiais de pesca e barcos próximos a igreja. Moradores relatam que mantêm as práticas de pesca com redes e barcos de pequeno porte. Todavia, temem por roubos dos materiais, que entre as décadas de 1990 e 2000 não teriam enfrentado sensações semelhantes.

Alguns desses grupos desenvolvem um conjunto de práticas que definem territórios, entendidos como segmentos do espaço apropriados e/ou controlados por um dado grupo com os objetivos de garantir as práticas que lhe dão identidade ou permitem realizar suas atividades (CORRÊA, 2001, p.178).

Figura 46 -Igreja nossa senhora da conceição da praia, 2021.



Foto: Raposo, Daniel Victor Neves, 2021

Diante disso, as expectativas em torno das especulações imobiliárias no bairro em estudo, permeiam pela extensão da principal avenida, incidindo nas praias adjacentes. Novos percursos promovem acessibilidade cortando boa parte do trajeto, a PE-22. No último decênio, as estradas de ligação que dão acesso as praias do litoral norte estão sendo mais utilizadas, mesmo não apresentando estrutura favorável em sua continuidade. O entusiasmo das ofertas dos novos conjuntos residenciais entre as décadas de 2000 e 2010 se estendeu aos bairros adjacentes.

O bairro de Maria Faria vem fazendo parte do mercado imobiliário no território litorâneo, um dos fatores motivacionais seria sua extensa faixa de areia na orla da praia. Novas estradas fazem parte das estratégias de investimentos no território praiano. As formas de acesso ainda são precárias, as empresas de transportes coletivos mantêm apenas uma linha de acesso ao bairro, com algumas horas de espera entre um coletivo e outro. Nos finais de semana, é possível identificar um fluxo distinto nas estradas que cortam o bairro citado, visitantes, moradores e pescadores se misturam na extensão de areia, superando as dificuldades de chegada no território praiano.

Figura 47-Principais vias de acesso: PE-01 e PE-22, 2021.



Foto: Raposo, Daniel Victor Neves, 2021

As Atividades Culturais/Tradicionais, pescadores e marisqueiras na orla marinha dos bairros praianos

No percurso da principal avenida: Cláudio Gueiros Leite, distintas formas de comércio evidenciam resquícios das atividades relacionadas ao mar, pescadores e marisqueiras que residem nos bairros litorâneos, ainda mantém suas práticas de coleta e venda dos diversos frutos do mar, por todo litoral norte. Alguns núcleos, ou grupos de famílias vêm se reunindo nas proximidades da área que seria a nova colônia dos pescadores em Pau Amarelo.

Na extensão da orla marinha, as casas dos pescadores e marisqueiras que ainda permanecem na faixa de areia, são de pequena e simples estrutura, em sua grande maioria, foram transformadas em bares ou pequenos estabelecimentos na ordem do dia. Diante disso, os bares também aparecem como uma referência nos finais de semana para os visitantes que desejam conhecer o litoral norte do Município de Paulista, um território que vem resistindo à produção de novas residências na orla, suprimindo as práticas dos antigos moradores.

A prática da pesca artesanal nos bairros litorâneos é uma atividade que faz parte das singularidades dos moradores fixados na orla, uma relação que expressa à construção da sua identidade com o território praiano. Em tempos pretéritos, uma relação que teria como base o consumo, por conseguinte, o veraneio deu início às relações vinculadas aos banhos de mar e caminhadas pela faixa de areia no litoral norte. Dessa maneira, a chegada dos novos moradores e visitantes, promovendo um aumento do consumo dos frutos do mar em trechos da orla marinha.

A comunidade de enseadinha, constituída entre as décadas de 1960 e 1970 por famílias de pescadores e coletores de mariscos, está localizada no bairro do Janga, que também vem sofrendo com a pressão imobiliária. O adensamento na orla marinha produz a invisibilidade das práticas artesanais e os riscos ambientais para as famílias dos pescadores e os habitantes marinhos. Diante desse contexto, “sem o devido saneamento básico, ficou cada vez mais difícil pescar próximo da costa”, relata o pescador e coletor de mariscos Sr. Erasmo, que reside no bairro e depende das vendas dos frutos do mar desde a década de 1980.

Dessa maneira, os pescadores vêm atuando com distintas estratégias em toda orla marinha, de acordo com a maré e com viagens mais longas, passam horas ou até dias para conseguir o pescado desejado para consumo e venda. Em tempos pretéritos, a coleta de mariscos e a pesca artesanal eram realizadas a poucos metros ou quilômetros da costa, famílias inteiras participavam das práticas em trechos dos bairros litorâneos. Todavia, o número de conjuntos residenciais padronizados em toda extensão da faixa de areia, proporcionou um desequilíbrio no ambiente marinho, os dejetos são direcionados para canais que levam para o mar, gerando riscos aos moradores.

Desse modo é evidente que os novos usos impostos na sociedade moderna marcam um aprofundamento do estranhamento, diante do processo de formação, visto que as relações sociais se inscrevem num espaço e tempo determinado, apropriando-se deles com o sentido da reprodução da vida em suas múltiplas facetas (CARLOS, p. 68, 1996).

Com o aumento dos números de condomínios privados na orla marinha, as pequenas casas dos pescadores foram perdendo o território na faixa de areia, assim como de suas práticas em trechos da orla (coco de roda, ciranda e capoeira), onde as manifestações culturais expressavam o modo de vida da comunidade litorânea. Os moradores que residem no em torno do forte de Pau Amarelo relatam que as alterações de casas remanescentes foram feitas sem a participação dos pescadores e marisqueiras, o avanço do mar e os novos conjuntos residenciais estreitaram trechos dos terrenos que levam aos bares e domicílios, dificultando a chegada e passagem dos antigos habitantes.

Dessa maneira, a formação territorial da orla marinha, também se constitui a partir da realidade da comunidade litorânea, que remontam resistências aos processos da pressão imobiliária e os impactos do avanço do mar em trechos do litoral norte. É possível perceber os pequenos conjuntos de casas na faixa de areia ao longo da orla, que nos finais de semana exercem suas atividades de comércio, umas das formas de manter a renda. Entre as décadas de

1980 e 1990 as casas dos moradores fixadas na orla, não possuíam muros ou cercas, o espaço era partilhado por outras casas da comunidade. Atualmente, as especulações imobiliárias vêm limitando os espaços, tanto dos lotes onde estão fixados os antigos moradores, quanto na paisagem.

Figura 48 - Casas dos pescadores fixadas na faixa de areia, 2021.



Foto: Raposo, Daniel Victor Neves, 2021.

O território praiano evidencia uma relação de constante insegurança, atrelada aos novos hábitos de moradores e formas de ocupação no bairro, os residentes mais antigos continuam com suas práticas de pesca e coleta de mariscos, e destacam o litoral norte do município, como um território ligado ao sossego do ambiente marinho. Todavia, mesmo sem a visibilidade necessária diante das alterações promovidas pela pressão imobiliária. Nesse sentido, o desenvolvimento dos bairros litorâneos vem promovendo distintas estratégias para instalações dos condomínios na orla da praia, que se entrelaçam com casas soltas, bares e fluxo de carros.

Uma pequena vila de pescadores, localizada no Bairro de Pau Amarelo, se mistura com formas diversas de habitações, muros, cercas e algumas casas que estampam formas abertas, em tempos pretéritos a maioria das casas fixadas na orla não possuíam muros ou limites entre as casas. Parte das casas dos que pertenciam aos pescadores e coletores de mariscos, se afastaram de acordo com a chegada dos novos condomínios, adentrando até os limites da principal avenida. Diante disso, aspectos negativos como a precariedade em alguns espaços da faixa de areia está vinculada a forma de ocupação, o adensamento na orla marinha, e o abandono por parte dos órgãos responsáveis pela manutenção na estrutura das ruas e saneamento básico, afetando diretamente no meio ambiente e das famílias que dependem da pesca artesanal.

Em direção a estrada principal, localizada entre a extensão de areia e avenida beira mar, as primeiras casas habitadas pelos pescadores, foram recuando com receio dos impactos das ondas. Além disso, vem sendo suprimidas com as novas habitações e suas formas de usos, a maioria dos conjuntos residenciais estendem seus limites até a faixa da orla, estreitando os caminhos em direção ao mar. Em alguns trechos da orla marinha, os espaços das novas residências se entrelaçam numa “disputa” com os antigos bares e casas modestas dos primeiros moradores.

Atualmente, o adensamento de residências na avenida beira mar, estimulou um esquema de pequenos estabelecimentos que funcionam como os depósitos, articulados com os bares, procuram se fixar próximo da orla. Num emaranhado de casas, as ruas sem pavimentação se estreitam descaracterizando toda extensão do espaço da orla marinha, desencadeada pelo avanço dos terrenos privados. Por conseguinte, ocupando a faixa de areia com suas edificações irregulares, proporcionaram o aumento de suas áreas nos limites dos bares fixados entre a rua e a faixa de areia.

Os moradores do bairro se queixam por falta de fiscalização no território praiano, canais estão sendo abertos nas proximidades dos novos residenciais, prejudicando a pesca e os banhos de mar. Além disso, no período de chuvas toda água corre em sentido das casas, evidenciando um problema de drenagem nas ruas ocupadas por casas soltas e condomínios erguidos na faixa de areia. Ações organizadas pelos moradores são feitas através das associações. No entanto, a falta de compromisso da prefeitura aponta para o descaso e ações preventivas que poderiam minorar o impacto na vida dos moradores que residem no território e depende das atividades.

Nesse seguimento, a pandemia (covid-19) alterou o fluxo e vinda de pessoas para o litoral norte, dos quais muitos dos moradores dependiam da chegada dos turistas e moradores dos bairros vizinhos para consumo e lazer na orla marinha. Além disso, os moradores relatam que a prefeitura se distancia cada vez mais dos diálogos para solucionar o processo de cadastramento das casas e bares que estão fixadas a mais de trinta anos na orla.

Figura 49 - Casas, bares e comércio na orla da praia, 2021.



Foto: Raposo, Daniel Victor Neves, 2021.

Dentre os acontecimentos que vem alterando as atividades dos moradores fixados na orla marítima, além da pressão imobiliária, pode-se destacar o avanço do mar em trechos do litoral norte. A diminuição da faixa de areia vem dificultando o potencial atrativo das vendas nos bares, conseqüentemente o desaparecimento de algumas atividades, já ameaçadas com o adensamento dos conjuntos residenciais. O crescimento das obras de construção civil entre as décadas de 2000 e 2010 no bairro estudado vem impactando o território praiano, que ainda resiste mantendo a pesca artesanal e a coleta de mariscos como um modo predominante de renda.

Dessa maneira, os blocos de contenção fixados na orla marítima, exercem a função de diminuir os impactos das ondas em pontos distintos, ora erguidos próximos a faixa de areia, ora adentrando em alguns metros da costa. No entanto, com a expansão da contenção na avenida beira mar, os novos conjuntos residenciais, as casas, os bares e pequenos estabelecimentos vêm marcando um cenário de contrastes, uma disputa pelos espaços no litoral norte, uma nova configuração do território praiano.

Nesse seguimento, os modelos dos novos residenciais fixados na orla, estão inseridos como resistentes as alterações provocadas pelo fenômeno do avanço do mar. Os residenciais privados foram construídos na faixa de areia, os moradores relaram que as obras não seguiram as exigências da legislação ambiental, sendo interrompida em distintos momentos, canais foram abertos com as instalações dos conjuntos, dificultando a pesca artesanal em alguns trechos da orla marinha. Além disso, os limites da área dos conjuntos residenciais invadem a faixa de areia,

o que impossibilita o percurso e acesso a praia, o município de Paulista evidencia seu despreparo para o enfrentamento dessas alterações no território praiano.

Uma nova contradição fundamenta a produção do espaço nesse período da história: essa produção como definidora da sociedade, realiza-se socialmente – criação da totalidade da sociedade – mas sua apropriação é privada, isto é o acesso aos espaços de realização da vida, produzidos socialmente, realiza-se, predominantemente pelo mercado imobiliário, fazendo vigorar a lógica do valor de troca sobre o valor de uso (CARLOS, 2016, p.60).

Atualmente, os novos conjuntos residenciais localizados no bairro de Pau Amarelo vêm sendo erguidos na Avenida Cláudio Gueiros Leite, e se estendem até a faixa de areia, ainda é possível perceber trechos da vegetação original que em tempos pretéritos seguiam de forma exuberante por todo litoral norte. Os conjuntos privados vêm ocupando de forma acelerada a orla marinha, entre as décadas de 2000 e 2010 o mercado imobiliário intensificou a oferta nos bairros litorâneos, mesmo sem o devido estudo de impactos ambientais e, sobretudo a participação dos moradores locais. Diante disso, construções irregulares instaladas na faixa de areia, tentam minorar os impactos do avanço do mar. O terreno, antes coberto pelos altos coqueiros, também reuniam os pescadores e coletores de mariscos, práticas exercidas próximo da costa. Todavia, sem o devido saneamento, os condomínios privados corroboram para instalações de canais que ampliam o desequilíbrio no ambiente marinho.

Figura 50 - Os condomínios privados e os canais abertos em direção ao mar, 2021.



Foto:Raposo, Daniel Victor Neves, 2021.

A orla dos bairros litorâneos apresenta-se ameaçado, o processo de domínio e alterações promovidos pela especulação imobiliária, suprimiu os espaços dos domicílios, que ocupam a faixa de areia desde 1980. A pressão imobiliária, as novas edificações, os terrenos ganharam áreas, cercas elétricas e vigilantes. Além disso, o receio do avanço do mar não intimida os atores

hegemônicos em dar continuidade nos investimentos do território praiano, em trechos da orla é possível perceber um domínio exclusivo com distintas formas de ocupação que vem contribuindo para o deslocamento dos moradores que possuem seus bares no território praiano.

Dessa maneira, em muitos trechos do percurso que levam até os caminhos da orla no bairro estudado, está localizada na Avenida Beira Mar que se estende até os limites do bairro de Marinha Farinha. Desprovida de pavimentação, as ondas do mar vêm alterando também nesse trecho, um risco que os donos e donas dos bares passam de forma mais acelerada entre 2000 e 2010. Por conseguinte, gerando insegurança nas vendas dos pescadores artesanais, que buscam nas práticas relacionadas ao mar, obter na sua única fonte de renda. Em alguns momentos ainda é possível caminhar na faixa de areia, que se estreita em alguns trechos da orla dificultando o acesso e permanência das casas e bares.

Nesse contexto, parte do território constituído pelos pescadores e coletoras de marisco vem sendo alterado por novas horizontalidades, impossibilitando em alguns trechos as manifestações culturais que em tempos pretéritos atraíam visitantes e dava significado à vida dos moradores locais. Além disso, a pressão imobiliária intensificou a chegada de pequenos donos dos comércios, sejam elas de grande ou pequeno porte as novas instalações promovem um desequilíbrio e novos impactos quando fixadas na orla marítima. Diante disso, a vila dos pescadores localizada no bairro de Pau Amarelo vem perdendo visibilidade nas suas práticas simbólicas, diante das alterações do ambiente marinho e a supressão da área de convivência dos moradores.

Dessa maneira, alguns bares ainda conseguem manter as atividades de venda dos crustáceos, com o movimento de visitantes e moradores nos finais de semana, a única fonte de renda das famílias que residem entre a faixa de areia e a orla. Os procedimentos aplicados na montagem do muro de contenção proporcionaram instabilidade das estruturas de casas e dos bares, estreitando algumas ruas que dão acesso a praia. Os moradores na tentativa de permanecer com suas atividades, recuam seus estabelecimentos de acordo com os impactos das ondas e das áreas elaboradas para os novos residenciais.

Figura 51 - O muro de contenção, os bares e as casas na orla da praia, 2021.



Foto: Raposo, Daniel Victor Neves, 2021.

Entre as décadas de 2000 e 2010 o mercado imobiliário intensificou a oferta de novos domicílios na orla marítima, na maioria dos casos o adensamento foi constituído por grupos de casas em tamanho padrão, numa lógica de diminuição do espaço e aumento do número de famílias. Diante disso, os reflexos do adensamento vêm comprometendo as atividades que geram renda aos moradores locais, como a pesca artesanal e a coleta dos mariscos, ameaçados pelo número de canais abertos sem o devido tratamento. Além disso, cercas estão sendo colocadas em terrenos baldios, e os donos de bares vêm sendo ameaçados a não prosseguirem com suas atividades de vendas próximas aos terrenos “uma expressão do mercado imobiliário e suas diferentes formas de apropriação do território, formas de uso do espaço inibem os desejos e as maneiras de viver das comunidades, em decorrência da modernidade” (CARLOS, 2016).

Nessa perspectiva, os pescadores e pescadoras residentes dos bairros litorâneos do Município de Paulista, gradativamente se distanciam de seus laços com as práticas simbólicas do território praiano. Em alguns trechos da orla marinha, não existe mais bares e casas que atuavam nas vendas do pescado. De acordo com o morador Luiz Severino da Silva, dono de um antigo bar fixado no entorno do forte de Nossa Senhora dos Prazeres, “as promessas feitas pela prefeitura no último decênio incluíam o suporte as famílias dos moradores que dependiam das vendas da pesca artesanal”. O residente do bairro praiano, ainda relata que pesca no bairro desde a década de 1990, e os novos residenciais erguidos na orla marítima estreitou os espaços dos bares. Ademais, vem impactando na pesca, “existem muitos canais sem tratamento na beira no mar, os peixes estão desaparecendo daqui”.

Os moradores relatam que entre as décadas de 2000 e 2010 as ameaças da pressão imobiliária em terrenos próximos da orla, não permitiam o deslocamento dos antigos bares/casas e pequenas vilas dos pescadores. Além disso, o adensamento na orla impactou diretamente na renda das famílias, que na sua grande maioria dependiam da pesca e dos mariscos, coletados a poucos metros da faixa litorânea. Diante disso, os pequenos estabelecimentos ligados a colônia dos pescadores (peixarias), localizadas no bairro de pau amarelo, possibilitou o comércio entre os bairros litorâneos como uma alternativa de manter os moradores no bairro com suas práticas no território praiano.

Como expressão das singularidades do território litorâneo, as atividades de pesca vêm se esvaindo em trechos antes “disputados” próximos da orla dos bairros praianos. O morador e pescador Josué Andrade dos Santos, relatou que a única fonte de renda da família era constituída a partir das práticas relacionadas ao mar. Além disso, o turismo entre as décadas de 2000 e 2010 proporcionava boas vendas dos frutos do mar promovidas pelos bares fixados no entorno do forte. De acordo com Josué, estrangeiros (alemães, suíços, espanhóis e italianos) também visitavam as praias de Pau Amarelo e Maria Farinha, época que ainda era possível combinar as longas caminhadas na areia molhada com os passeios de barco pelo litoral norte do Município de Paulista.

O morador e pescador do bairro estudado, Josué Andrade dos Santos ainda revela que em tempos pretéritos, grandes áreas no entorno do forte, possibilitava reuniões e conversas sobre a continuidade das práticas de pesca e coleta de mariscos para venda nos bares no forte e em parte da extensão litorânea. Além disso, as manifestações culturais promovidas nos finais de semana no território litorâneo, a ocupação do território nesse sentido, é vista como gerador de raízes e identidade sócio-cultural (SOUZA, 2013). Atualmente, os espaços de convivência na orla marítima evidenciam uma realidade constituída pela pressão imobiliária, que vem excluindo os moradores com suas distinções baseadas no poder aquisitivo, de fato, um espaço sectário se materializou no território praiano.

Nos limites do território: especulação imobiliária, as residências, os terrenos baldios, e as novas formas de lazer no litoral norte.

No bairro de Pau Amarelo, entre as décadas de 2000 e 2010 foi possível perceber o intenso fluxo de visitantes diante das oportunidades do lazer praiano, sua extensa faixa de areia proporcionava o sossego das longas caminhadas na orla marinha. Além disso, os banhos de mar consolidavam o fácil acesso ao litoral praiano com as novas linhas de transporte, e pavimentação na principal Avenida Cláudio Gueiros Leite. O adensamento das residências na

Avenida Beira Mar aproximava o mercado imobiliário como um território de oportunidades, tendo em vista uma orla aprazível e repleta de singularidades.

A pressão imobiliária apresentou uma tendência e particularidades, os espaços privados e de consumo. Os territórios dos condomínios residenciais foram sendo erguidas, destinadas as classes mais elitizadas, apresentando distanciamento dos moradores locais. Os condomínios evidenciam uma realidade pautada na dinâmica dos espaços de lazer nas áreas expostas dentro do próprio residencial, estampando um modelo padrão capaz de produzir os recantos de privacidade e segurança no território litorâneo. Diante disso, os novos habitantes compostos por veranistas e turistas nos finais de semana, movimentam os bairros em certos horários na ordem do dia, despertados pela intenção do território na orla marinha.

Atualmente, diante da especulação imobiliária o território estudado vem sofrendo com as conseqüências da exploração imobiliária, que oferece novas formas e modelos de consumo (lazer praiano em distintos trechos de áreas privadas destinados principalmente a uma classe com alto poder aquisitivo) dos bairros litorâneos no Município de Paulista. Além disso, o aumento das oportunidades de compra e alguns recursos (acesso por novas estradas) ampliaram o adensamento e expansão do bairro em áreas próximo da orla.

O bairro litorâneo é conhecido por sua beleza natural, nos limites com a praia de Maria Farinha, é possível contemplar em alguns trechos da faixa de areia, as caminhadas e os banhos de mar nos finais de semana, revelando um território de encontros e lazer. A atividade pesqueira contribui no abastecimento dos bares fixados na avenida beira mar¹⁶. Todavia, a ocupação desordenada e seletiva ao longo da orla, vem alterando práticas dos antigos moradores. Ademais, as distintas ofertas de infraestrutura e serviços essenciais, incidiram na invisibilidade das comunidades litorâneas, enfraquecendo as manifestações culturais do litoral norte do Município de Paulista.

Assim, podemos afirmar que o território, relacionalmente falando, ou seja, enquanto mediação espacial do poder resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis na esfera política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico (HAESBAERT, 2021, p.93).

¹⁶ De acordo com os moradores que pescam no território praiano, os canais abertos próximos aos conjuntos residenciais, impactaram diretamente no ambiente marinho.

Algumas áreas do território praiano vêm sofrendo alterações em sua territorialidade de forma acelerada. As distintas formas de empreendimentos promovidas pelo mercado imobiliário descaracterizam o litoral e suprime os espaços públicos, que em tempos pretéritos representavam as singularidades dos moradores locais. Além disso, boa parte da vegetação nativa foi impactada entre as décadas de 2000 e 2010, dando lugar ao WenezaWater Park, localizado nos limites do bairro, na praia de Maria Farinha. O espaço privado estende seus limites até a orla, invadindo parte da faixa de areia com suas cercas, muros e vigilantes. Como consequência, o novo espaço de lazer proporcionou o deslocamento de famílias e enfraquecimento das práticas de pesca e coleta de marisco no bairro.

Carlos (2011) explica que a cidade contemporânea revela estas contradições na medida em que é produzida pela funcionalização dos lugares da vida, que os autonomiza, tendo também seu uso limitado por ela, “uma conquista da modernidade foi fragmentar a vida cotidiana, separando-a em espaços-tempos definidos e recortados, com funções específicas que apontam a condição objetiva do ser humano cindido e envolto no individualismo, preso ao mundo da mercadoria” (CARLOS, 2011, p.135).

Ao longo do processo histórico a produção da cidade vai se revelando como modo de segregação de grupos e indivíduos. Hierarquizados social e espacialmente, os indivíduos participam da sociedade desigualmente em que o espaço público como subversão e negatividade aparece mais como possibilidade do que realidade presente. Esse processo revela também o encolhimento da esfera pública e expansão da esfera privada (CARLOS, 2011, p. 135).

O bairro estudado estabelece uma continuidade territorial das práticas compartilhadas pelos antigos moradores das praias vizinhas. Todavia, a pressão imobiliária vem causando um enfraquecimento das manifestações culturais através dos distintos usos do território litorâneo. Além disso, grandes áreas restritas ao uso privado promovem condições para novas verticalidades, “essas contradições nos levam a questionar as estratégias espaciais impostas pelo poder público com suas prioridades” (CARLOS, 2016, p.69). Diante disso, as primeiras famílias que residiam entre a faixa de areia e a avenida beira mar, se deslocaram para os limites do bairro, esperando maiores possibilidades de retorno com suas atividades de pesca e vendas dos frutos do mar na orla da praia.

Nesse momento, os espaços privados contêm relações distintas, espaços adaptados, fechados e controlados, estabelecendo um distanciamento das relações com o território praiano. Carlos (2016) afirma que no atual momento histórico, o processo de expansão da mancha urbana (antigas áreas e terrenos, no caso de muitos bairros da região metropolitana), depara-se

com a escassez, revelando que a existência da propriedade privada no solo urbano, condição da reprodução da cidade sob a égide do capitalismo, passa a ser um limite a expansão econômica.

Aqui estamos diante da passagem da condição do espaço abundante ao desenvolvimento das atividades econômicas, para sua atual condição de raridade. Isto é, diante das necessidades impostas pela reprodução do capital, o espaço produzido socialmente – e tornado mercadoria, no processo histórico – é apropriado privativamente, criando limites à sua própria reprodução (em função da produção de sua própria escassez) (CARLOS, 2016, p.69).

No período analisado, a especulação imobiliária avança sobre o território praiano e bairros vizinhos. Os grandes terrenos remanescentes, localizados na orla marinha, alimentam a expectativa do mercado imobiliário. Diante disso, os novos residenciais contribuíram para instalação do WenezaWater Park, promovendo o turismo dentro desses espaços, e o deslocamento de obras para os limites do bairro, “aqui se revela a dimensão do diferente, aquilo que tem capacidade de engendrar usos criando conteúdos diferenciados a partir de formas espaciais de dominantes” (CARLOS, 2002, p.182).

No último decênio foram criadas as novas estradas, que possibilitaram os novos modos de acesso, atraindo visitantes específicos ao consumo do espaço de lazer. Segundo Carlos (2002) essa atividade, que se articula à tendência de transformação do espaço em mercadoria, traz profundas mudanças, visto que é uma atividade, que redefine singularidades espaciais e reorienta seu uso com novos modos de acesso. Ademais, o parque ocupa parte da extensão de areia, território que em tempos pretéritos se reuniam moradores para atividades de pesca, atenuando as relações simbólicas com o território.

A construção do parque também descentralizou e enfraqueceu o turismo no entorno do Forte de Nossa Senhora dos Prazeres. João Salustiano da Silva, pescador e morador do bairro praiano, afirma que a construção do parque aquático atraiu uma grande quantidade de visitantes nos finais de semana, percebendo uma perda da clientela no bar que trabalhava como garçom. Ademais, novas linhas de transporte coletivo promoveram o interesse pelo lazer dentro de um espaço privado na orla marinha do bairro. Nesse sentido, a territorialidade se inscreve no quadro de novas produções, troca e consumo dos espaços, das coisas (RAFFESTIN, 1993).

Nesse seguimento, o parque possui uma propriedade que vai além dos limites da avenida beira mar, adentrando a faixa de areia (área pública cercada pelo espaço privado). Atualmente, o lazer privado abre as portas para os visitantes nos finais de semana. Os terrenos no entorno do parque, ocupam uma área que acompanha os limites das novas construções, algumas casas e conjuntos residenciais vêm sendo construídas na principal avenida de acesso, intensificando

o adensamento na orla marinha do bairro litorâneo. Além disso, parte da área do parque avançou sobre a vegetação na orla da praia, derrubando árvores e coqueiros, segundo o relato dos moradores, tudo foi muito rápido, ninguém foi convocado para participações das reuniões na época. Outrossim, muitas máquinas passaram derrubando toda área de vegetação na orla marinha.

Figura 52 - Área do WenezaWater Park na orla da praia, 2021.



Foto: Raposo, Daniel Victor Neves, 2021.

Os moradores do território praiano se queixam da falta de fiscalização das obras principiadas na orla marítima, no segundo semestre do ano corrente. Canais estão sendo abertos em direção ao mar, indicando formas ilegais dos despejos de dejetos produzidos pelos residenciais, comprometendo a qualidade de vida dos moradores e dos que dependem do pescado. Ademais, terrenos remanescentes que mantém a vegetação intacta vêm sendo alvo de novos empreendimentos no bairro, a pavimentação da principal avenida, promoveu facilidades de chegada dos materiais para todo o processo, com grandes probabilidades de início de novas obras, (a maioria de conjuntos residenciais) até o final de dezembro.

Dessa maneira, a valorização do território praiano vem promovendo a lógica da seletividade, ou seja, os novos moradores e veranistas possuem um poder aquisitivo distinto, elegendo suas residências na orla marinha do bairro. Em virtude da pressão imobiliária, terrenos vizinhos ao parque aquático, estão passando por ações de planejamento para novos empreendimentos no entorno que deverá contribuir para o adensamento na orla marinha.

De acordo com um funcionário (segurança da área) a Votorantim, suposta proprietária dos terrenos nos limites do bairro, tem a intenção de iniciar as primeiras obras no início do

primeiro semestre de 2022. Diante disso, bares e casas dos antigos pescadores vêm sofrendo ameaças, cerca de duzentos (200) trabalhadores que residem desde a década de 1990, reivindicam o direito de continuar morando na orla marinha. Além disso, grande parte dos moradores e moradoras tem como única fonte de renda a venda do pescado e frutos do mar nos bares fixados na orla.

O acesso a praia no entorno dos terrenos privados, não são permitidos durante a semana, impedindo a prática de atividades relacionadas ao mar no trecho estudado. Os visitantes que desejam conhecer o trecho da praia nos finais de semana têm o acesso restrito com horário de entrada e saída. Atualmente, a entrada possui placas com avisos, limitando a entrada de pessoas, apoiados por muros e seguranças privados. Em tempos pretéritos, um território vivido por pescadores e antigos moradores que gostavam de se reunir em horários distintos para pescar e coletar mariscos.

O momento atual da acumulação sinaliza uma transformação no modo como o capital financeiro se realiza na metrópole, com a passagem da aplicação do dinheiro acumulado do setor produtivo industrial ao setor imobiliário. O processo sinaliza que a mercadoria-espaço mudou de sentido para a acumulação, evidenciado pela mudança de orientação das aplicações financeiras, que produz o espaço como produto imobiliário (CARLOS, 2021, p.112).

Figura 53 - Terreno privado na orla marinha, 2021.



Foto: Raposo, Daniel Victor Neves, 2021.

Seguindo este raciocínio, a escolha dos terrenos pelo mercado imobiliário vem definindo o padrão dos conjuntos residenciais na orla da praia. Famílias com o nível de renda distinto dos moradores locais possuem suas casas de veraneio e moradia fixa localizada entre a faixa de areia e a avenida beira mar. No último decênio, grandes áreas despertaram interesses dos agentes imobiliários, áreas próximas da orla que já fazem parte do cenário, com seguranças e suas cercas demarcando os terrenos e consolidando o poder da pressão imobiliária no bairro

estudado. De acordo com os moradores, o processo de limpeza e marcação dos terrenos, acontece em menos de uma semana. Além disso, parte da vegetação vem sendo alterada, afastando a fauna do território litorâneo.

Figura 54 - Terreno privado nas proximidades do parque Weneza, 2021.



Foto: Raposo, Daniel Victor Neves, 2021.

A formação histórica dos bairros litorâneos encontra-se diante de uma realidade distinta, produzida pelo mercado imobiliário que fomenta um imaginário distante das relações com o mar e os moradores locais, pescadores e marisqueiras. Os encontros que em tempos pretéritos eram realizados na praia, atualmente ficaram restritos em alguns trechos do território praiano. Além disso, espaços remanescentes nas proximidades da orla vêm sendo alterada pela empresa Votorantim. Em reunião com os moradores no dia 26 de Novembro do ano corrente, foi possível identificar grandes áreas que seguem o percurso para orla da praia, sendo obstruídos com cercas e avisos de proibida entrada ou passagem. A empresa pretende construir conjuntos residenciais nos limites do bairro, contestada por moradores desde o início do ano corrente (2021).

O representante dos moradores da área estudada: Fernando Marcêdo relata que cerca de duzentos moradores e trabalhadores informais vêm sendo prejudicados com as queimadas nos terrenos, derrubadas de árvores e retiradas de pequenos estabelecimentos na orla marinha. Além disso, os altos coqueiros que fazem parte da paisagem e do sustento das famílias para vendas na praia e bares vêm sofrendo com o corte e derrubadas das árvores nas proximidades da orla marinha. Na reunião, realizada no dia 25 de novembro de 2021, o representante dos moradores ainda revela que no último decênio, com a construção de espaços elitizados na orla marinha e no rio timbó o turismo foi intensificado. Os encontros nos espaços evidenciam uma separação por poder aquisitivo, as marinas e clubes vêm sendo instaladas para alugueis de lanchas com seus pacotes incluídos nos finais de semana.

Nesse sentido, muros e portões vêm sendo instalados nas proximidades dos residenciais, intensificando o distanciamento dos moradores com as práticas de pesca em trechos da orla marinha. O representante dos moradores informou também que cerca de 70 famílias dependem exclusivamente da permanência dos bares e 50 ambulantes trabalhando no mercado informal no território litorâneo. Atualmente, espaços elitizados como o clube da marina, fixada nas margens do rio timbó vêm promovendo eventos estratégicos nas proximidades da orla marinha. Além disso, oferece passeios de barcos por todo o percurso do rio timbó, um ponto turístico que vem chamando a atenção dos visitantes e do mercado imobiliário.

Figura 54 - Marina clube nas margens do rio Timbó, 2021.

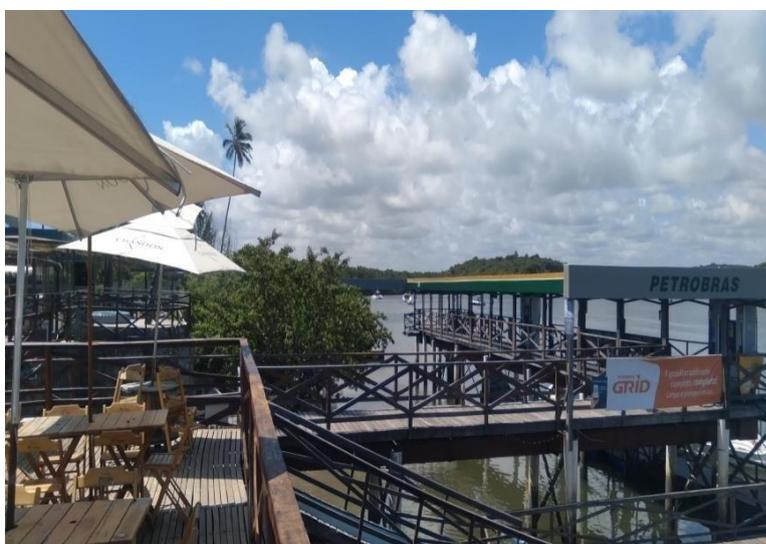


Foto: Raposo, Daniel Victor Neves, 2021.

A marina clube foi construída no último decênio, após a expansão imobiliária no território praiano. O ambiente foi criado para proporcionar distintas formas de lazer privado, ou seja, uma clientela com poder aquisitivo no interesse turístico oferecidos por clubes. Por conseguinte, alguns estabelecimentos comerciais e conjuntos residenciais também foram erguidos, entre os espaços públicos e privados do bairro.

Dessa maneira, o cenário exposto vem alterando a paisagem do território e a vida dos moradores locais fixados nas proximidades da avenida beira mar. Os novos modelos de conjuntos privados representam uma nova configuração do território, remontando um distanciamento das práticas simbólicas representadas a partir das relações dos moradores no litoral. Ademais, diante da fragilidade presente na área, o representante dos moradores, aponta para a falta de compromisso do poder público com os moradores e o ambiente marinho no litoral do norte do Município de Paulista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação de mestrado, intitulada “A dinâmica territorial da região metropolitana do Recife: a pressão imobiliária e seus rebatimentos nos bairros litorâneos do Município de Paulista – Pau Amarelo”, que aborda conceito de território como categoria de análise, orientando-se pelos distintos autores que versaram sobre o conceito no primeiro capítulo, possibilitando o prosseguimento da pesquisa.

O olhar sobre o processo de desterritorialização e os efeitos do adensamento concentrado na orla, aponta para o impacto da desconfiguração do modo de vida dos moradores, suas manifestações culturais e lazer praiano. Nesse sentido, emergiu a preferência de investigar através da memória e investidas no campo de estudo, a relação dos antigos e novos moradores com o mar. Ademais, as maneiras de compartilhar os saberes do território litorâneo. Tomando-se como base, o bairro de Pau Amarelo e as supostas influências dos bairros litorâneos adjacentes no Município de Paulista, Região Metropolitana do Recife.

A partir da construção teórica, distintas concepções sobre o território litorâneo foram desveladas no decorrer da pesquisa, o contato com o território evidenciou no ultimo decênio potencialidades que desencadearam uma dinamicidade da formação do bairro. Nesse sentido, diante das multiterritorialidades no litoral praiano, o trabalho de campo proporcionou uma pluralidade de trajetórias e concepções. Todavia, de início optando por esclarecer questões levantadas no objetivo geral e nos objetivos específicos.

No intento de evidenciar a forma como a comunidade litorânea perpetuava seus costumes. Senti a necessidade de investigar a intensa relação do mar e a cultura dos moradores do bairro de Pau Amarelo. E de que maneira os bairros adjacentes (Janga e Maria Farinha) se entrelaçavam. O processo de adensamento da população concentrada na orla e como os novos empreendimentos imobiliários poderiam influenciar na perda das práticas ligadas ao lazer praiano. Outrossim, na vida dos moradores, donos e donas de bares fixados na orla da praia. Ademais, famílias de pescadores e marisqueiras que ainda dependem direta ou indiretamente dos recursos marinhos.

Entre as décadas de 1980 e 1990 o bairro era conhecido pelo seu território aprazível. Com a oferta do turismo para o bairro de Pau Amarelo. O forte de Nossa Senhora dos Prazeres, atrairia visitantes com seus eventos regionais. A faixa de areia permaneceria sem grandes impactos no início do século XXI. Contudo, obras de contenção em Olinda e no Janga podem ter sido influenciadores das transformações incorporadas ao território praiano.

As dimensões simbólicas da geografia do território litorâneo, embora continuasse uma caminhada através da memória e resistindo às temporalidades, outros costumes vêm sendo atribuídos como elementos da contemporaneidade. O “desenvolvimento” proporcionado pela especulação imobiliária desencadeou o interesse pelo território praiano. Percebendo que o descaso de gestões em tempos pretéritos reverberou para segundo plano as diferentes formas de modo de vida da população litorânea no bairro. Sendo então possível compreender tal fator, constantemente relatado pelos antigos moradores, no momento que prestaram seus depoimentos.

A memória das práticas simbólicas consiste na luta pela retomada dos hábitos ligados ao lazer praiano. As reivindicações quanto à política do município incide na base de formação do território: práticas ligadas às atividades do turismo e comércio. Os bares, quiosques e as feiras de artesanato no entorno do forte de Nossa Senhora dos Prazeres. A restituição da faixa de areia também reafirma através da memória formas de reivindicação das práticas expressadas pelos moradores.

O período de constituição do bairro, enquanto profícuo território de casas fixadas na orla da praia (casas de veraneio). Despertou o olhar para as praias do litoral norte da região metropolitana do Recife. No último decênio, o adensamento da população com os conjuntos habitacionais, foi responsável por estranhamentos dos antigos residentes. Concomitante ao processo de estreitamento da faixa de areia que foi identificado até o período da pesquisa, ou seja, 2021, o fenômeno do avanço do mar resultou na insegurança constante dos moradores. Os laços simbólicos com o território seriam agravados pelo descaso com a realidade. Percebi a dificuldade de alinhamento com as associações de moradores e prefeitura do Município de Paulista, limitando as distintas relações na escala do bairro.

Em alguns trechos do bairro, próximos a orla foi possível perceber uma mudança no perfil social dos novos residentes. Os conjuntos residenciais foram integrados de acordo com a extensão da faixa de areia. Tal percurso atinge boa parte das praias adjacentes (Janga e Maria Farinha). Com seus serviços e infraestrutura distintos das residências erguidas em tempos pretéritos. Por consequência, moradores ainda vêm recebendo propostas para venda de suas casas, no intento de gerar possíveis áreas de comércio no bairro. Grande parte dos conjuntos residenciais fixados na orla construídos no último decênio, vem sendo usado para veraneio. Como acabei por perceber, uma elitização do território. Projetos de interesses com estrutura para famílias com alto poder aquisitivo, podendo assim desfrutar dos atributos inseridos no processo de especulação imobiliária. Suas quadras de tênis, piscinas, espaço para eventos,

câmeras de segurança e seus muros com cercas ao longo dos condomínios configuram um contexto particular, sem qualquer conexão com o território simbólico.

Pude observar também, as migrações dos trabalhadores para venda de peixes e mariscos para as praias dos bairros adjacentes: Nossa Senhora do Ó, praia da Conceição e Maria Farinha. No inverno, se articulam para vendas até mesmo em praias de cidades vizinhas, Casa Caiada, localizada no Município de Olinda. Alguns pontos de turismo e lazer foram produzidos para atrair mais visitantes. Em Maria Farinha, o parque aquático, Veneza Water Park, localizado na Avenida Cláudio Gueiros Leite foi inserida no final do século XX. Proporcionando uma descentralização dos visitantes antes concentrados nas praias do Janga e Pau Amarelo.

Constatei ainda, que o pontal de Maria Farinha também é um espaço que gerou rupturas entre os visitantes na busca pelo lazer praiano. A marina teve sua inauguração em meados de 2017. Ofertando passeios aprazíveis de barco, na ordem da noite funciona como restaurante. Ademais, o território no bairro citado ainda não foi impactado pelo fenômeno do avanço do mar. Fato que contribui pela procura nos finais de semana pela extensa faixa de areia. Alguns bares persistiram na oportunidade e prosperam nos finais de semana com as vendas de crustáceos na beira da praia. Por consequência, o aumento da especulação imobiliária vem crescendo. Em alguns trechos foi possível identificar espaços consideráveis de terrenos fechados, com suas placas (de vende-se), ainda baldios.

Pude notar nesse aspecto, os moradores que ainda habitam a orla, demonstraram o anseio pela continuidade das antigas oportunidades. Trabalhar com o turismo, continuar com a pesca artesanal, a venda dos crustáceos entrelaçados e latentes em seus sentidos de pertencimento. O fenômeno do avanço do mar, concomitante com os novos conjuntos residenciais davam pistas da desconfiguração territorial no bairro. Todavia, os moradores acreditavam nas supostas propostas e projetos que trariam segurança e possibilidades de permanecer no próprio bairro.

Esses aspectos de trabalho e moradia no litoral norte do Município de Paulista se fizeram presente de forma mais intensa, entre as décadas de 1980 e 2000. Nesse contexto, em quase toda sua extensão da orla marinha, desde os limites da comunidade de enseadinha (localizada no bairro do Janga) formas e singularidades das maneiras de viver o território praiano. Coadunam-se seguindo o percurso em toda extensão do lado norte do município de Paulista, seguindo por toda extensão de faixa de areia na orla do bairro de Pau Amarelo, e o bairro de

Maria Farinha, bairro que ainda não foi impactado intensamente por ocupações na faixa de areia da orla.

A década de 1990 foi empreendida por novas expectativas. Moradias e oportunidades de trabalho no próprio território propiciaram o crescimento expressivo pela busca das praias nos finais de semana. De fato, a dinâmica do território praiano era necessária e deu sentido a vida dos moradores. Constatei que os laços familiares entre a comunidade se configuram como uma espécie de conexão entre os moradores que dependiam da pesca e venda de mariscos. No entanto, o aporte da prefeitura entre as décadas de 1990 e 2000 também não era suficiente, os visitantes se apoiavam na humilde estrutura promovida pela população local.

É nesse quadro que a comunidade litorânea vem resistindo à pressão imobiliária no território praiano, instituída a partir da valorização na orla marinha. Essa realidade propõe acelerar novos aspectos, uma caracterização distinta das maneiras de viver no bairro praiano. A ampliação das verticalidades e horizontalidades exerce um controle dos espaços, promovendo um modelo que define e cerceia a liberdade em diferentes níveis, os conjuntos se articulam como núcleos, espaços fechados e vigiados por câmeras de segurança, incidindo na descaracterização da orla marítima. Ademais, os clubes e novos conjuntos residenciais impõem limites, controlando os fluxos no território, em alguns trechos restringindo percurso em áreas da faixa de areia, (em tempos pretéritos, de acesso popular) enfraquecendo as manifestações culturais nos bairros praianos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. A. A Mobilidade/Imobilidade na Produção do Espaço Metropolitano. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; ESPOSITO, M. E. B (orgs.). **A Produção do Espaço Urbano: Agentes e processos, escalas e desafios**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016, p.129-122.
- ANDRADE, M. C. de. **A questão do território no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.
- CARLOS, A. **O Lugar no/do Mundo**. 1. ed. São Paulo, Brasil: Hucitec, 1996.
- CARLOS, A. **A Condição Espacial**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- CASTRO, I. E. ; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L (orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 77-113.
- CASTRO, I. E. **Imaginário Político e Território: Natureza, Regionalismo e Representação**. In: Castro, I. E.; Gomes, P. C. C.; Corrêa, R. L (orgs.). **Explorações Geográficas**. 1. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997, p. 155-195.
- COSTA, R. H. da. **O Mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- COSTA, R. H. da. **Regional Global: Dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**.1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CORRÊA, L. R. **Territorialidade e corporação: um exemplo**. In: SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L.; SOUZA, M. A. (orgs.). **Território: Globalização e fragmentação**. São Paulo, Brasil: Hucitec, 1994, p.251-256.
- CORRÊA, R. L. **Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: um texto para discussão**. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; ESPOSITO, M. E. B (orgs.). **A Produção do Espaço Urbano: Agentes e processos, escalas e desafios**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016, p. 41-51.
- CORRÊA, R. **Trajetórias Geográficas**. 2. ed. Rio de Janeiro, Brasil: Bertrand, 2001.
- CRUZ, V. do C. UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O USO/OPERACIONALIZAÇÃO DOS CONCEITOS NA PESQUISA EM GEOGRAFIA. **Anais [...]**. Porto Alegre-RS. XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, Crise, Práxis e Autonomia Espaços de Resistência e de Esperanças, Espaços de Diálogos e Práticas, 2020. Realizado de 25 a 31 de Julho.
- DAMIANI, A. L. **O lugar e a produção do Cotidiano**. In: CARLOS, A. F. A.; DAMIANI, A. L.; OLIVEIRA, A. U.; CONTI, J. B.; ROSS, J. L. S.; COLTRINARI, L.; PONTUSCHKA, N. N.; LENCIONE, S.; PINTAUDI, S. M (orgs.).
- DARDEL, E. **O Homem e a Terra. Natureza da Realidade Geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

MASSEY, D. B. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. 1º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MORAES, R. A. C. **Bases da Formação Territorial do Brasil**: O território colonial brasileiro no “longo” século XVI. 1. ed. São Paulo, Brasil: Hucitec, 2000.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. Editora Ática S.A, Tradução: Maria Cecília França, 1993.

RATZEL, F. **Geographie Politique**. Paris: Econômica, 1988.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, M. **Da Totalidade ao Lugar**. 1º. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, M. **Manual de Geografia Urbana**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 1º. ed. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **O Espaço Dividido**: os dois circuitos da economia urbana. 2º São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e Meio Técnico Científico-Informacional. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: Território e sociedade no início do século XXI. 11º. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SAQUET, M. **Por uma Geografia das Territorialidades**: Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora contexto, 2015.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 4. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SAQUET, M. A. **Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia**. 1º. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SEABRA, O. **Territórios do uso: Cotidiano e Modo de Vida**. Revista Cidades, Vol. 1 N° 2, 2004, p. 181-206.

SERRA, G. **O Espaço Natural e a Forma Urbana**. 1º. ed. São Paulo: Nobel, 1987.

SOUZA, M. **O Desafio Metropolitano**: Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras 1º edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SOUZA, M. J. L. **O território:** sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. ;GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L (orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 77-113.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** 1°. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, M. **O Desafio Metropolitano:** Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras 1° edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.